

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

ANA PAULA MACHADO RIBEIRO

**CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO EM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA – ES
2019

ANA PAULA MACHADO RIBEIRO

**CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO EM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia - EMESCAM - como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Moreira Trugilho.

VITÓRIA – ES

2019

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

R484c Ribeiro, Ana Paula Machado
Características sociais da violência por arma de fogo em
crianças e adolescentes na Região Sul do Espírito Santo / Ana
Paula Machado Ribeiro. - 2019.
94 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Moreira Trugilho.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória, EMESCAM, 2019.

1. Violência. 2. Armas de fogo. 3. Políticas Públicas. 4.
Crianças e adolescentes – Espírito Santo (Estado). I. Trugilho,
Sílvia Moreira. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD: 362.76

ANA PAULA MACHADO RIBEIRO

**CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA POR
ARMA DE FOGO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 12 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Silvia Moreira Trugilho
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Orientadora



Profª Drª Luciana Carrupt Machado Sogame
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória – EMESCAM



Profª Drª Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Ao meu Deus.

A minha mãe, Nilda de Souza Machado Ribeiro.

Ao meu pai, Luiz Ribeiro.

Ao meu esposo, Wagner Braga de Miranda.

Ao meu filho, Breno Ribeiro de Miranda.

A minha filha, Isabella Ribeiro de Miranda.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na concretização desta tese.

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo meu sustento e da minha família, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida, por todas as bênçãos recebidas.

À minha mãe, Nilda de Souza Machado Ribeiro, que mesmo distante e com toda dificuldade da vida cotidiana, sempre esteve disposta a suprir minhas necessidades e com suas sábias palavras sempre me incentivou a continuar.

À minha amada família, em especial, ao meu esposo Wagner Braga de Miranda, que com muito amor e parceria, em todos os momentos, pude contar com sua ajuda, por acreditar em meus sonhos, segurar minha mão e caminhar comigo, pois sem ti não teria alcançado com êxito meu objetivo.

Aos meus filhos, Breno Ribeiro de Miranda e Isabella Ribeiro de Miranda, por ser a força que me move e o amor que me fortalece em todas as horas.

Aos colegas de mestrado, ressaltando minhas amigas conterrâneas, Carla, Hingridi, Zuleica, Klíndia e Ingrid, por ter trilhado com alegria esta extensa jornada junto comigo, por ter me proporcionado bons momentos, por vezes, boas discussões.

À minha orientadora, professora Silvia Moreira Trugilho, pela paciência, compreensão e orientação, que me ajudou a conseguir superar as dificuldades surgidas no decorrer do desenvolvimento da minha pesquisa. E aos demais professores da EMESCAM, por todo conhecimento científico adquirido no decorrer do curso de mestrado, que auxiliaram o desenvolvimento dos meus estudos e da minha formação acadêmica e profissional.

À Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy, pela concessão da minha bolsa de estudo da qual contribuiu na minha qualificação profissional, através do belíssimo Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy - PRODES/PK.

Ao CIODES que permitiu a realização desta pesquisa em seu laboratório, em especial a Cap. Edna, por demonstrar inteira disponibilidade na troca de informações necessárias à resolução das dúvidas surgidas durante a coleta dos dados da pesquisa.

Muito obrigada!

"A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota."

(Jean-Paul Sartre, 1943).

RESUMO

Há de se discutir os diversos contextos que envolvem a violência por arma de fogo, da qual crianças e adolescentes podem estar sujeitos. Um assunto de relevância, que tem sido discutido nos diferentes âmbitos da sociedade devido a seu crescente e elevado número de homicídios. O estudo teve por objetivo refletir sobre as características da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, a partir dos atendimentos registrados pelo Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), na região sul do Espírito Santo, no período de 2010 a 2017. Trata-se de uma pesquisa qualitativa/documental, elaborada junto aos Boletins Unificados (BU). Para análise dos dados, foi utilizada a consagrada técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados obtidos na pesquisa realizada revelam que a violência por arma de fogo, perpetrada contra crianças e adolescentes no Sul do Estado do Espírito Santo, vitimiza em grande parte adolescentes nas idades de 16 e 17 anos, de cor parda e preta, especialmente em horário noturno, com ferimentos na cabeça, tórax e costas, tendo como elemento motivador para a violência por arma de fogo o envolvimento com o tráfico de drogas. Os resultados apontam ainda o município de Cachoeiro de Itapemirim como o que concentra o maior número de casos registrados no período analisado. Os resultados obtidos neste estudo estão em consonância com o que aponta a literatura científica que aborda a temática da violência. A reta conclusiva evidencia a problemática da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, no contexto da sociedade brasileira, o que exige a efetivação de proposições em forma de ações e políticas públicas de proteção ao segmento infanto-juvenil de nossa sociedade, que possibilitem reverter a desigualdade social que marca a condição de vida de crianças, adolescente e jovens em nosso País, estabelecendo oportunidades melhores de acesso e usufruto dos bens e serviços socialmente produzidos.

Palavras-chave: Violência. Arma de fogo. Crianças e adolescentes. Políticas públicas.

ABSTRACT

The various contexts surrounding firearm violence to which children and adolescents may be subject must be discussed. A subject of relevance, which has been discussed in different areas of society due to its growing and high number of homicides. The study aimed to reflect on the characteristics of firearm violence in children and adolescents, from the attendances registered by the Integrated Operative Center for Social Defense (CIODES), in the southern region of Espírito Santo, from 2010 to 2017. This is a qualitative / documentary research, elaborated with the Unified Bulletins (BU). For data analysis, the established technique of Content Analysis was used. The results of the research show that firearm violence against children and adolescents in the southern state of Espírito Santo largely victimizes brown-and-black adolescents, aged 16 and 17, especially during night, with injuries to the head, thorax and back, with motivating element for firearm violence to be involved in drug trafficking. The results also indicate the municipality of Cachoeiro de Itapemirim as the one that concentrates the largest number of registered cases in the analyzed period. The results obtained in this study are in line with what the scientific literature that addresses the theme of violence points to. The concluding line highlights the problem of firearm violence in children and adolescents, in the context of Brazilian society, which requires the implementation of propositions in the form of actions and public policies to protect the children and youth segment of our society, which enable reverse the social inequality that marks the living conditions of children, adolescents and young people in our country, establishing better opportunities for access and enjoyment of socially produced goods and services.

Keywords: Violence. Firegun. Children and adolescents. Public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos casos registrados no período de março 2010 a dezembro 2017

Tabela 2 – Casos registrados nas cidades do Sul, de março de 2010 a dezembro 2017, distribuídos em meses

Tabela 3 – Casos registrados na distribuição por municípios

Tabela 4 – Distribuição de casos de violência por arma de fogo por faixa etária

Tabela 5 – Distribuição de casos de violência por arma de fogo, segundo o horário de ocorrência

LISTA DE SIGLAS

APVP – Anos Potenciais de Vida Perdidos
BU – Boletim Unificado
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social
CF – Constituição Federal
CMDCA – Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CT – Conselho Tutelar
DO – Declaração de Óbito
DPCA – Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMESCAM – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
ESF – Estratégia Saúde da Família
IHA – Índice de Homicídios na Adolescência
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IML – Instituto Médico Legal
MP – Ministério Público
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial de Saúde
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
PC – Polícia Civil
SESP – Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
SGD – Sistema de Garantia de Direitos
SIM – Subsistema de Informação sobre Mortalidade
SIH – Sistema de Informações sobre Internação Hospitalar
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA: considerações que embasam o estudo	16
2.1 VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	18
2.1.1 Natureza da violência classista e contemporânea.....	21
3 REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO: dados e aspectos da realidade brasileira	25
3.1 VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL.....	28
3.2 DADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	33
3.3 ARMA DE FOGO: mercado, fetiche e política pública.....	38
4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	43
5 ESPELHO DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUL DO ES	48
5.1 CARACTERÍSTICAS OBJETIVAS DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	48
5.2 ANÁLISE INTERPRETATIVA DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO QUE VITIMA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	59
5.2.1 Mortalidade por arma de fogo em crianças e dolescentes.....	59
5.2.2 Reflexões a respeito da vulnerabilidade de crianças e adolescentes na violência por arma de fogo.....	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	89

1 INTRODUÇÃO

A violência está presente nas relações humanas desde a antiguidade, mas o desenvolvimento científico e a constituição da modernidade forjaram novas configurações de mundo e de sociabilidade, contribuindo para a formatação de múltiplas expressões da violência, que se projetam no cotidiano das relações sociais, no campo e nas cidades.

No que se refere à violência por arma de fogo, a mesma configura-se como um dos principais problemas sociais da atualidade. No Brasil, a violência tem apresentado um crescimento demasiado, podendo ser identificada como a maior preocupação apontada pela sociedade, e vem sendo alvo de inúmeros debates no âmbito público e privado. Um fenômeno de múltiplas faces e de natureza polissêmica, configurando-se como uma das distintas expressões da questão social, cuja “gênese e composição” encontram-se inseridos como fatores de ordens política, econômica, social, cultural, de relação, de gênero, dentre outros (CABRAL; TRUGILHO, 2015, p. 111).

A crescente violência por armas de fogo presente na sociedade, traz consigo sentimento de insegurança, medo, revolta e injustiça. Portanto, faz-se necessário produzir estudos que contribuam para a elaboração de propostas de enfrentamento deste tipo de violência, convertido na contemporaneidade como um fenômeno social de grande magnitude, cujas consequências têm reverberado sobremaneira na sociedade brasileira.

Analisa-se que armas de fogo também produzem uma série de gastos para os cofres públicos e para a sociedade. Assim, a busca por alternativas de controle do seu uso torna-se cada vez mais necessária, no intuito de adquirir meios que possam garantir a segurança, bem como reduzir os impactos que incidem sobre a saúde pública com ocupação de leitos, sem contar as físicas e emocionais. Todavia, o pior prejuízo consiste ainda na perda da vida.

Diante do exposto, é exigido do Estado adotar medidas com o propósito de combater a violência, por meio da implementação de ações e políticas públicas. Com isso, a população, em seu desamparo, exige posturas mais incisivas e eficazes, sem, contudo, atenta para as expressões da questão social predominantes na sociedade

brasileira. Urge pensar em estratégias que atentem para proteção, em especial, das classes sociais mais afetadas pela violência, não responsabilizando ou criminalizando aqueles que sucumbem perante o modelo de produção capitalista. Também há de se considerar o número de mortes decorrentes de homicídios por armas de fogo, que nas últimas décadas passou a ser a principal causa de mortes precoces no país (HERNANDES, 2016)

Lopes, Costa e Musse (2018) destacam que no Brasil a mortalidade, por causas externas, da população infanto-juvenil, resulta no maior número de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP). Tal medida visa quantificar o número de mortes prematuras, ou seja, quando a morte acontece abaixo da faixa etária esperada, com isso os homicídios se tornam relevantes indicadores sociais, assim como de saúde pública.

Outro estudo, realizado por Freitas *et al.* (2017), conclui que no Brasil, além do elevado número crescente de jovens vítimas de arma de fogo, conseqüentemente outros milhões são acometidos de lesões não fatais, que também incidem sobre os anos potenciais de vida perdidos. As estatísticas apontam que, para cada óbito de um menor de 18 anos, outros 12 permanecem internados ou acometidos de incapacidade permanente.

No Estado do Espírito Santo, o crescimento anual da violência contra crianças e adolescentes, evidencia a necessidade de se discutir o tema não apenas pela via da segurança pública, mas também da saúde pública, da proteção social destinada às crianças e adolescentes, de modo que o debate do tema favoreça o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que possam assegurar os direitos previstos na Constituição Federal (CF), e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que estes venham ser reconhecidos como sujeito de direitos. Daí o interesse em estudar as configurações dessa questão na especificidade da violência provocada por disparo de arma de fogo, que vitimiza crianças e adolescentes (BRASIL, 1988).

Cabe ao Sistema de Informação informar e analisar os dados sobre Mortalidade através do Ministério da Saúde (SIM/MS), vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e através do mesmo pode-se analisar os índices de mortes ocasionados por armas de fogo, sendo os dados coletados e divulgados por esse sistema desde o

ano 1979, configurando-se uma fonte confiável para pesquisas que abordam esta problemática (WAISELFISZ, 2016).

Portanto, a pesquisa do tema se mostra relevante para o conhecimento de dados fidedignos relacionados à realidade da violência, como salienta Waiselfisz (2016). Por isso, buscamos nos aproximar do assunto para compreender as características sociais da violência por arma de fogo praticadas contra crianças e adolescentes, mas com intento de trilhar caminhos que possibilitem a compreensão e as implicações desse tipo de prática. Tal aproximação, também, parte do interesse em conhecer o fenômeno para além da aparência.

Na busca pelo aprofundamento dos aspectos inerentes a violência por arma de fogo em nossa realidade local, justifica-se o interesse no desenvolvimento deste estudo por considerar a gravidade da situação e o quanto a violência pode interferir e prejudicar de forma geral a sociedade como um todo, além da constatação dessa violência a todo instante nas relações humanas.

Diante disso, o caminho trilhado por mim se deu sob o olhar e sentido da minha formação acadêmica em Enfermagem, e agora no trabalho como policial militar, o que me permitiu contato direto com essa realidade da violência por arma de fogo, acrescido do olhar para essa realidade a partir da formação no Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM), na linha de pesquisa Serviço Social, Sujeitos de Direito e Processos Sociais. Portanto, essa pesquisa não partiu do nada ou de um diletantismo intelectual, mas responde a um compromisso enquanto profissional da saúde e da segurança pública, em função de minha vida profissional e de cidadã há muitos anos residente em um município de interior, situado ao Sul do Estado do Espírito Santo.

Importa ressaltar que, nas últimas décadas, o número de mortes decorrentes de homicídios por armas de fogo, passou a estar dentre as principais causas de mortes precoces no País (WAISELFISZ, 2016). Daí o interesse em estudar as configurações da violência relacionada aos disparos de arma de fogo que vitimam crianças e adolescentes.

Assim, com o presente estudo foi possível sistematizar informações relacionadas à caracterização social da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, a partir dos registros do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), no Sul do Estado do Espírito Santo, destacando as possíveis causas e consequências associadas a esse tipo de violência que afeta crianças e adolescentes, bem como os encaminhamentos realizados em relação aos atendimentos às vítimas.

Partiu-se do entendimento que estudar a violência que incide sobre crianças e adolescentes em nossa realidade local, revela-se como meio indispensável para o conhecimento da realidade social que afeta a condição da infância e juventude na sociedade contemporânea, permitindo o levantamento de dados que se mostrem como possíveis indicadores sociais de produção de políticas públicas de proteção social a este segmento populacional.

A metodologia adotada neste estudo foi de abordagem qualitativa, retrospectiva, caracterizada como pesquisa documental, com dados empíricos obtidos a partir dos registros de Boletim Unificado (BU) do CIODES, relacionados à violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no Sul do Espírito Santo. A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo, o que nos permitiu descrever as características inerentes ao objeto tomado para estudo em seus aspectos qualitativos, mesmo contemplando também a apresentação de alguns dados relacionados a indicadores numéricos que representam aspectos objetivos da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes.

Dessa forma, pretendeu-se, com esta pesquisa, aprofundar o conhecimento sobre a violência por arma de fogo em crianças e adolescentes e, diante do exposto, a questão inicial que se pretendeu responder com a pesquisa é como se expressa a violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no Sul do Estado do Espírito Santo.

Os objetivos do estudo desenvolvido foram, em termos gerais, refletir sobre as características da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, segundo registros de atendimento do CIODES, no período de 30 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2017, destacando as tendências deste tipo de violência. Em termos mais específico, objetivou-se: a) apontar características de mortalidade por arma de fogo

em crianças e adolescentes; b) conhecer elementos determinantes da violência por arma de fogo que incide sobre crianças e adolescentes.

Na forma com está organizado este trabalho, após a introdução, encontra-se disposto o capítulo intitulado “Concepções teóricas sobre a violência: conceitos e considerações que embasam o estudo”, que versa sobre a violência na contemporaneidade, natureza da violência burguesa e contemporânea. Trata a violência como um fenômeno complexo, polissêmico e um dos maiores desafios para as políticas públicas.

Na sequência, o leitor encontrará o capítulo denominado “A violência por arma de fogo que vitima crianças e adolescentes: alguns aspectos sociais”, que aborda a violência a partir do entendimento da questão social, apresenta dados estatísticos e o retrato da violência que vitimiza crianças e jovens pertencentes às classes sociais menos favorecidas, bem como a compreensão da arma de fogo como elemento de fetiche e mercadoria e as disposições legais a respeito do uso de arma de fogo.

A esse, segue-se o capítulo “Métodos e procedimentos da pesquisa”, que apresenta ao leitor o processo de investigação científica realizado. Após, o capítulo “Espelho da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no Sul do Estado do Espírito Santo”, que revela os resultados obtidos na pesquisa e sua análise. Finalizando, estão as Considerações Finais da autora.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA: CONSIDERAÇÕES QUE EMBASAM O ESTUDO

Esse capítulo se destina a apresentar concepções sobre a violência que subsidiam o presente estudo, situando seu enfoque a partir da teoria crítica marxista. Portanto, parte-se da compreensão da violência como parte de uma totalidade social, nos marcos das relações de produção. Entretanto, concordamos com Silva (2015, p. 48) e sua afirmação de que “o caminho orientado pela perspectiva da totalidade social não nega as expressões imediatas da violência”.

A violência se mostra como fenômeno inserido nos processos sociais, resultante de um conjunto de determinações que comportam aspectos econômicos, sociais, culturais e ideológicos, inseridos na organização estrutural da sociedade e nas condições desiguais de poder, produção e apropriação da riqueza socialmente produzida (GENTILLI, 2015).

Transformações societárias contemporâneas decorrentes da expansão do capital em âmbito mundial e suas crises econômicas têm marcado contundentemente as relações sociais e instituído novos padrões de sociabilidade, com especial destaque para uma forma de sociabilidade fundada em valores preconceituosos, de intolerância e individualismo, que contribui sobremaneira para a presentificação da violência na sociedade contemporânea, conformada por diversas formas de expressão.

Assim, Silva (2006, p. 34) nos orienta no sentido de que as análises a respeito da violência devem considerá-la na sua totalidade, “[...] como fenômeno universal que se particulariza sob dadas condições [...]”. Deste modo, a violência é aqui entendida como um fenômeno que expressa um complexo social que apresenta diversas formas de materialização, em determinadas condições sócio-históricas.

Nesta linha de raciocínio, segue-se que a explicação da violência está contida nos processos sociais que a produzem e reproduzem, que criam e recriam condições objetivas e subjetivas para sua materialidade a partir de condições sociais e históricas (SILVA, 2015).

A violência se move em um dinâmico e complexo processo social e se impõe como um grande desafio para a vida social e as políticas públicas na contemporaneidade. Nesse sentido, a violência estrutural se configura como um complexo social, que constitui o processo de reprodução do capital na contemporaneidade e das formas de sociabilidade daí resultantes (SILVA, 2006).

Cabral e Trugilho (2015) argumentam que a violência se configura como uma forma de violação dos direitos humanos e sociais que, por conseguinte, se revela como um grave problema, cuja amplitude afeta diversos setores da sociedade, demandando ações intersetoriais para o seu enfrentamento.

Quando o assunto é violência, é necessário entendermos que o mesmo é um fenômeno que se manifesta tanto na cidade quanto no campo, entre jovens e não jovens, sem distinção de cor, raça, sexo, credo, condição social e econômica. Ao longo do tempo, problemas relacionados à violência têm sido frequentes e assustadores, sendo a violência urbana um dos principais problemas sociais, fazendo com que as pessoas fiquem à mercê das fobias impostas (PHEBO; MOURA, 2005).

Biondi (2018) argumenta que a consagração do direito do ser humano à propriedade, tem sua defesa legitimada por meios violentos, por conta de ser a propriedade privada considerada como um patrimônio do indivíduo. Também refere que a ofensa pode romper a paz original entre dois indivíduos, podendo criar para a vítima um autêntico direito de dispor em caráter absoluto sobre a vida do agressor, à revelia mesmo de certas noções de proporcionalidade. Para Gentilli (2015), a violência, tida como problema social, é mais visível nas práticas ilegais, criminosas, como assassinatos, latrocínio, extermínios, roubos. Porém, não se encerra nelas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como violência o uso da força e poder de maneira proposital para coagir, ou seja, como uso propositado “uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1165).

É certo que a violência afeta de forma difusa a vida na sociedade e, quando acarreta danos à saúde, Minayo (1994) defende que ela deve ser compreendida e tratada como

um problema de saúde pública. Nosso entendimento aqui considera que, por ser uma questão difusa, complexa e mediada por diversos fatores já expostos neste texto, o enfrentamento da violência exige um olhar não apenas para a via da segurança pública, mas para os amplos setores da sociedade a serem abarcados pelas diversas políticas sociais, sobretudo com intervenção do Estado, marcando as ações inseridas pelas políticas públicas de modo intersetorial e complementar.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) chama a atenção para a violência inserida na ordem da saúde pública, dado que reverbera em elevadas taxas de mortalidade e morbidade estável, com destaque para o público infanto-juvenil almejado por armas de fogo (SILVA; PONTE; TOGNINI, 2012). Daí a necessidade de entendimento sobre a violência na contemporaneidade, o que passamos a abordar na sequência.

2.1 A VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Atualmente, a violência tem sido considerada como um dos maiores desafios para as políticas públicas, pois trata-se de um fenômeno complexo, polissêmico e multifacetado¹, que se encontra vinculado a muitos temas correlatos. Todavia, vale ressaltar que a violência na contemporaneidade consiste em um problema de saúde pública mundial. Estudos apontam que mais de um milhão de pessoas perdem a vida por ano, em decorrência do uso de armas de fogo. No Brasil, o maior número de mortes desta natureza é composto pelo público infanto-juvenil (WAISELFISZ, 2016; GENTILLI; HELMER, 2017).

A violência, como categoria de análise, representa múltiplos significados na contemporaneidade. Por isso, não a trataremos de forma singular, pois, “[...] não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades”. Dentre elas, a violência coletiva; institucional ou estatal; estrutural; cultural e individual (BONAMIRO, 2008, p. 205-206).

¹Multifacetado, característica de algo ou alguém que possui muitas facetas, ou seja, diferentes faces, ângulos e lados. Plurideterminado exprime a ideia de mais de um, podendo determinar o que foi estabelecido, resolvido ou decidido.

Na visão de Wieviorka (1997, p. 6) a violência não “renovou-se profundamente nos significados de suas expressões mais concretas, mas, no essencial das mudanças que a caracterizam desde o fim dos anos 60”. De acordo com o autor, para melhor se compreender as manifestações da violência na contemporaneidade, é preciso atentar para o novo modelo de homem que emerge juntamente com o advento da modernidade: o homem burguês.

Nas palavras de Hernandez (2016, p. 18), as novas configurações políticas, econômicas e sociais que sucederam o século XIX, resultantes das revoluções industriais, “forjavam uma nova caricatura de poder, inaugurando a vigência de uma perspectiva filosófica antropocêntrica, positivista e liberal, para a qual um modelo de homem impera”.

Portanto, o conceito de modernidade, do qual nos apropriamos para tecer as linhas que compõem nosso estudo, alia-se ao pensamento de Mansur (2012, p. 15), que aponta que

O momento histórico em que vivemos – aquilo que alguns autores convencionaram chamar, de contemporâneo ou contemporaneidade – pode ser caracterizado por práticas que lhes são específicas, diferentes de outras épocas. Os historiadores tradicionais costumam atribuir o termo Contemporâneo ao período histórico-político que se inicia com as revoluções no Ocidente – principalmente industrial e burguesa – a partir do fim do século XVIII. Desde então, vemos nascer a sociedade industrial com um dos pilares do capitalismo atual.

A passagem do modelo de sistema feudal para o capitalista que sucedeu no decorrer dos últimos séculos, decompôs eminentemente os parâmetros que regiam a sociedade ocidental e, no contexto, tinha o feudalismo como contexto histórico, com uma vida comunitária ligada à terra, em contrapartida o capitalismo se baseava no modelo fábrica (HERNANDES, 2016; BENEVIDES, 2007).

Nesse caso, o homem passa a ser responsabilizado sobre o fracasso ou sucesso. E, ainda, ao invés do cooperativismo, a individualidade começa a se intensificar nas relações sociais. Sobre este aspecto, Mansur (2012, p. 16), assinala que

O processo de industrialização teve como consequência a aceleração do desenvolvimento urbano, produzindo, dentre outros efeitos, uma necessidade crescente de operários qualificados e disciplinados para trabalhar nas fábricas recém implantadas na época. Ademais, com grande concentração de pessoas nas cidades, tornou-se imperativa a ordenação e o controle

racional da população por parte dos governantes e gestores públicos. Era preciso conter as revoltas urbanas e manter o ordenamento social e jurídico vigente após o fim dos regimes absolutistas.

Aqueles que não conseguiam se inserir nesse modelo vigente de produção que se instaurava, assumiam o papel de indesejados, improdutivos, sendo responsabilizados por seu fracasso. Neste mesmo período começaram a surgir as manobras higienistas que, visavam retirar da sociedade grande quantitativo de pessoas que não conseguiam se inserir na nova ordem social (HERNANDES, 2016).

Para Mansur (2012, p. 16) o saber científico no século XIX começa a ganhar importante lugar nos interesses da nova ordem social e, sobre este aspecto, adverte que

[...] o conhecimento científico promoveria o tão sonhado progresso da humanidade e resolveria todos os problemas advindos do processo de urbanização e da nova ordem social [...] o desenvolvimento científico proporcionaria o progresso mundial. Desse modo a violência seria resquício de um passado bárbaro e fora da nova ordem, sendo associada não só ao atraso, ao subdesenvolvimento e, conseqüentemente, à pobreza e a miséria, mas também à imigração.

Entretanto, tais ideias seguiram para uma direção oposta do que se esperava, principalmente no que tange para o aumento da violência em meados do século XX, com a criação de armas mais sofisticadas, capazes de produzir destruição em massa. Há estimativa de que durante a Segunda Guerra Mundial o número de mortos contabilizados chegou a sessenta milhões de pessoas, entre estes aproximadamente quarenta milhões eram de civis (MANSUR, 2012).

Neste sentido, afirma o autor supracitado que, embora as transformações no mundo contemporâneo não expressem necessariamente um aumento na ocorrência de práticas violentas e cruéis em relação a épocas passadas, no entanto, os aparatos tecnológicos da contemporaneidade aumentam o poder de destruição e dizimação de uma nação com o simples apertar de um botão, cujo risco se estende a toda população humana. Assim, os olhares para a violência atual não estão direcionados somente para os grandes confrontos bélicos pós-Grandes Guerras e pós-Guerra Fria, mas, também não está voltado apenas para as armas nucleares de destruição em massa, mas sobretudo levando em consideração a violência urbana e os óbitos decorrentes do uso de armas de fogo (MANSUR, 2012, p. 18).

Segundo Mansur e Machado (2014, p. 188), quando pensamos a subjetividade como podendo assumir diferentes formas, significa podermos perceber o contemporâneo como um jogo de forças, que fala de desejos e de medos que se fazem presentes em nosso cotidiano.

Minayo (1994), assinala que, dentre os muitos acontecimentos para o enraizamento da violência como um problema social que se agravou na contemporaneidade, está a violência urbana. De acordo com Mansur (2012, p. 18), entende-se por violência urbana “uma ampla gama de fenômenos que podem estar mais ou menos relacionados entre si, e que se identificam com aquilo que chamamos de criminalidade, tais como assaltos, homicídios, tráfico de drogas, problemas de diligência”.

Apesar dos percalços éticos, políticos e econômicos vividos, o Brasil tenta entrar na modernidade de forma inclusiva. Todavia, inúmeras são as dificuldades que se pode encontrar quando o ser humano não sabe fazer a distinção do espaço de direito da ação do sujeito, transferindo, assim, a responsabilidade para o governo. E o resultado dessa prática é o fortalecimento da violência e do autoritarismo, que atualmente se intensificam nas formas de controle policial (SAVIAN; MODELLI; CHAUI, 2016).

Em termos similares, Gomes *et al.* (1999) consideram que, em meio a tantos desafios que se apresentam com os agravos decorrentes das novas manifestações da violência na contemporaneidade, torna-se necessário o incremento de intervenções intersetoriais, de modo a não se restringir as ações de enfrentamento a meras práticas engessadas e restritas a espaços comuns. Essa consideração, portanto, reforça a ideia de que a análise da violência na contemporaneidade e as proposições de ações de enfrentamento decorrentes precisam tomar como referência a compreensão da violência na perspectiva da totalidade social.

2.1.1 Natureza da violência classista e contemporânea

O fenômeno da violência se tornou um dos intermináveis problemas da teoria social, assim como das práticas políticas e relacionais. À medida que nos debruçamos sobre esta temática em seu contexto histórico, é possível observar que a violência está vinculada a muitos outros temas correlatos, carecendo de ser compreendida em sua dimensão complexa. Portanto o olhar para a violência exige atenção para o fato de

que “[...] na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual” (MINAYO, 1994, p. 7).

Gentilli (2015, p. 30), assinala que a “violência se manifesta de forma muito mais complexa e precisa ser analisada em termos históricos e das ciências sociais a partir de um paradigma que inclua a análise no interior de um espaço complexo, capaz de integrar o campo do conflito e da crise”. Wieviorka (1997, p. 6) nos lembra que “quando as classes contestadoras nascentes eram percebidas como classes perigosas, fenômenos de bandos e condutas de violência juvenil imputadas aos Apaches, ocupavam as colunas dos jornais”.

Caniato (2008), discute a violência na vida em sociedade como o principal legado perverso da cultura contemporânea, na qual impedem que os indivíduos realizem a sua individualidade em relações de dependência e acolhimento com os outros homens. Evidentemente, há outras violências de Estado que atualizam o poder de coerção mais sutis, principalmente os da exclusão e repressão social.

Para Gentilli e Trugilho (2014), a violência presente e generalizada nas sociedades contemporâneas apresenta íntima relação com as condições estruturais do capitalismo atual em seu processo de expansão mundial. E, ainda para as autoras, como fenômeno social, a violência atravessa as formas de sociabilidade moderna e desenvolve múltiplas formas de expressão, sendo a violência urbana bastante presente na realidade brasileira.

Para Hernandez *et al.* (2017), o processo de globalização tem contribuído para o agravamento da violência na contemporaneidade e proliferação do tráfico e das armas de fogo, que resultam diretamente nos elevados índices de óbitos do público infanto-juvenil.

No que se refere à violência, considerando as relações entre classes projetadas no modo de produção capitalista, a classe dominante, a mesma pode ser considerada como classe social reacionária e autoritária, que não hesita em recorrer à violência para expropriar as camadas populares e, ao mesmo tempo, assegurar seus privilégios. Por ter a burguesia seu principal método de ação, explora o homem pelo próprio

homem, concentrando renda em suas mãos e buscando meios de eliminar qualquer direito ou benefício as camadas menos favorecidas (BEZERRA, 2019).

A História nos remete a entendermos as lutas de classes ao longo dos anos, tal qual expõe o homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada. Uma guerra que “terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (SILVA, 2009, p. 420).

Posto dessa forma, os excessos da dominação obtida por meio do recurso à lógica e à técnica desvinculadas dos fins humanos resultaram nos horrores do holocausto e ressoa nas múltiplas manifestações cotidianas de pequenos atos bárbaros que, no conjunto, tornam a via social uma arena para manifestação da destrutividade liberada, com efeitos desastrosos enquanto exploração dominante do trabalho, bem como a falta de autonomia.

Em sua análise, Silva (2009, p. 429) esclarece que:

[...] o repugnante fenômeno das milícias revela o lado sombrio do Estado burguês, cujas contradições funcionais decorrem das contradições estruturais da sociedade de classes. A brutalidade das ações do Estado repressivo adquire um caráter ainda mais destrutivo quando é apropriada por esse tipo de poder paralelo, que se sustenta na utilização ilegal do próprio aparato estatal. Ele só progride com tanta facilidade porque o Estado, em si mesmo, já é a execução literal de um tipo de violência da sociedade contraparte de seus membros; sobretudo da classe detentora do poder econômico sobre a imensa massa de produtores e consumidores que cotidianamente são espoliados de seu direito à cidadania.

Utilizando-se dessas informações e dessas estratégias maniqueístas é que “[...] a violência social vai atravessando o tecido social e se articulando com a violência de Estado para afastar ou exterminar indivíduos vítimas que resistem às estereotípias” (SILVA, 2009, p. 24). As guerras são legitimadas pelo Estado como estratégia de poder de sociedades ditas “democráticas” contra grupos invasores, aventureiros, saqueadores ou delinquentes que, atualmente, são identificados sob a categoria de acusação “terrorista” (SILVA, 2009, p. 16-17). Assim sendo, a matriz de toda a violência social encontra-se na base econômica da sociedade, por conta de uma

ideologia que vem sendo utilizada para promover a distorção e o encobrimento simbólico da violência (SENNETT, 2001).

Hernandes *et al.* (2017, p. 2), ao tecer reflexões sobre tais mecanismos sociopolíticos que perpetuam as desigualdades sociais em nossa sociedade assinala que a “globalização tem provocado profundas transformações nas relações e estruturas que articularam e desenvolveram a dominação política e a apropriação econômica”.

Desse modo, a violência urbana no Brasil tem sido tema de discussão e grande preocupação por parte da sociedade, ganhando destaque no debate nacional. Ianni (2003) diz que, por apresentar estímulos e desafios aos indivíduos e coletividades em suas relações cotidianas, o espaço urbano acaba por ser um espaço privilegiado de ocorrência da violência.

As variadas formas de violência vivenciadas atualmente na cidade e no campo, dirigida aos diferentes segmentos populacionais, de característica estruturante, se constitui em uma das faces da barbárie do capitalismo contemporâneo. Netto (2012), ao tratar da barbárie contemporânea a associa ao capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento e aponta a questão do belicismo como uma de suas faces, que configura a “militarização da vida privada” (NETTO, 2012, p. 218).

A venda de armas e munições, como fonte de negócio que sustenta o capital em tempo de crise, tão bem apontada por Netto (2012, p. 218) como “grande negócio privado”, repercute na questão das mortes violentas verificadas em nosso país. Assim, o próximo capítulo se destina a tecer considerações a respeito da violência por arma de fogo na realidade brasileira atual.

3 REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO: DADOS E ASPECTOS DA REALIDADE BRASILEIRA

A violência também é apresentada como relação social, sendo caracterizada pela agressão contra a integridade física, psicológica, simbólica ou cultural de indivíduos ou grupos sociais. Nessa linha de pensamento, suas manifestações rompem com as normas jurídicas, destrói as coesões sociais e perturba o desenvolvimento normal das atividades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade, principalmente a criança e do adolescente (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Trata-se, portanto, de um termo que é utilizado para significar uma grande variedade de situações. A violência pode ser classificada segundo a pessoa que a sofre (mulheres, crianças, jovens, idosos, etc.), segundo a natureza da agressão (física, psicológica, sexual, etc.), segundo o motivo (político, ideológico, racial, etc.), segundo o lugar (casa, trabalho, trânsito, etc.). Não existem soluções rápidas e fáceis para contê-la. As pessoas sempre conviveram com a violência e a geração atual também. Contudo, esse argumento não deve servir de desculpa para a aceitação da violência como *status quo*. Ao contrário, deve-se buscar eliminar todas as formas de violência e, quando não é possível eliminá-la, minimizar seus impactos na medida do possível, sempre respeitando a dignidade da pessoa humana.

A violência por arma de fogo, situada nas formas atuais de sociabilidade, produzida e reproduzida nos processos e relações sociais e presentes no contexto de vida contemporâneo, merece investimentos em estudos que possam contribuir para melhor compreensão e análise desse fenômeno que vitima, especialmente, crianças e jovens pertencentes às classes sociais menos favorecidas.

A carência de políticas públicas voltadas ao segmento jovem em muito contribui para que adolescentes se constituam tanto vítimas quanto autores de atos de violência urbana. Adolescentes e adultos jovens têm aparecido constantemente como vítimas de chacina, sobretudo os moradores de áreas de periferia dos grandes centros urbanos, como bem aponta Mello (2013).

Toda a história refere-se à violência como um problema de cunho social, político e relacional, que infringe a raça humana, podendo ser descrita em toda a sociedade.

Desde os tempos antigos existe, por parte do ser humano, o desejo de entender a violência, para então poder preveni-la ou eliminá-la. Todavia, há controvérsias, por se tratar de um assunto de alta complexidade, envolvendo o desenvolvimento em sociedade, os problemas políticos, econômicos, morais, sociais, de direitos, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO, 1994).

Ao abordar a violência, Domenach (1981, p. 40) afirma que:

[...] suas formas mais atrozes e mais condenáveis geralmente ocultam outras situações menos escandalosas por se encontrarem prolongadas no tempo e protegidas por ideologias ou instituições de aparência respeitável. A violência dos indivíduos e grupos tem que ser relacionada com a do Estado. A dos conflitos com a da ordem.

O problema da violência tem transformado a realidade do ser humano, pois reflete, em larga escala, como um problema de diversos países, especialmente aqueles em desenvolvimento, como o Brasil. Dessa forma, enfrentá-lo e combatê-lo se tornou um desafio, principalmente em relação às crianças e aos adolescentes (FREITAS et al., 2017). Em conformidade, Trindade *et al.* (2015) e Duarte *et al.* (2012) discutem que as crescentes taxas de morbimortalidade por violência no Brasil colocam a população exposta a constantes riscos à saúde, o que torna esse tema um grave problema na ordem da saúde pública.

Na opinião de Maciel, Souza e Rosso (2016 apud PERES, 2004), no Brasil, a exemplo de vários países, a violência, na maioria das vezes, é tratada como um problema exclusivo de Segurança Pública, visto que esse setor oferece respostas práticas de enfrentamento do problema pelas instituições policiais. Tal prática contempla uma visão restrita e equivocada do problema, ao considerar que basta enfrentar a violência a partir de ações de repressão e controle policial.

Ribeiro, Souza e Souza (2017) consideram como importante a abordagem das consequências que podem trazer o uso de armas de fogo, o que pode resultar em lesões e danos irreversíveis, incapacitando para o trabalho e a vida social, demandando cuidados de custos elevados, tanto para o sistema público de saúde, quanto para a Previdência Social e para as famílias.

Gonzalez-Perez, Vega-Lopes e Flores-Villavicencio (2017) consideram o uso da arma de fogo como um importante fator que contribui para os altos níveis de violência,

principalmente a violência letal. O estudo de Barros *et al.* (2017, p. 1051), confirmam a “crescente elevação” de homicídio de jovens desde a década de 1970 até os dias atuais”, o que também consta referido no Relatório do Atlas da Violência de 2019.

Na opinião de Minayo (1994), a violência vem sendo tratada nas investigações através dos estudos de Mortalidade como muito precários ou quase inexistentes nos sistemas de informação sobre Morbidade, principalmente pela falta de integração e da escassez dos dados. Dado o grau de importância, Trindade *et al.* (2015, p. 752) asseveram que os estudos epidemiológicos de mortalidade por homicídio “permitem conhecer a extensão da violência, sua prevalência e características, subsidiando às políticas públicas de prevenção, promoção e segurança pública”. Para Peres e Santos (2005), o aumento da violência e de homicídios podem ser reflexo de múltiplos fatores associados, como as desigualdades sociais, falta de oportunidades e ineficiência de instituições públicas de segurança e justiça.

Entretanto, conforme já referido anteriormente, o enfrentamento da violência consiste em um desafio para as políticas públicas, problemática que, de maneira indireta e direta, atinge a todos os segmentos sociais e está para além de mera questão de segurança pública. Revela-se, pois, em um problema inscrito na ordem da dinâmica societária, dos direitos humanos e que envolve políticas públicas. Quando a questão da violência se desdobra para a temática das armas de fogo, Waiselfisz (2016) informa que a mesma tem começado a receber maior destaque midiático e interesse em pesquisas científicas que objetivam quantificar ou qualificar esse fenômeno social.

Os estudos se mostram cada vez mais necessários ante a crescente onda de violência, pois seus resultados contribuem para subsidiar políticas públicas que possibilitem o enfrentamento da violência e a garantia dos direitos humanos e sociais. Baseado nesse contexto, a materialização da proteção social nas políticas públicas envolve o direito e as garantias fundamentais da criança e do adolescente, sendo referidos no Título II da Constituição Federal, como normas que sistematizam noções básicas e centrais que regulam a vida em sociedade (BRASIL, 1988).

Salienta-se que os direitos fundamentais e suas respectivas garantias constituem a própria representação da dignidade da pessoa humana, sendo a eficácia e aplicabilidade desses direitos fundamentais, o controle da constitucionalidade em

garantir sua concretização, da qual o judiciário visa garantir a observância e aplicação desses direitos e, ainda, por ser a principal característica que o representa, a incontestável imutabilidade, por não constituir um elemento perfeito de proteção para o cidadão (GUIMARÃES, 2016).

No Brasil, a violência tem relação íntima com a formação de nossa sociedade, fundada na desigualdade de poder e de acesso aos bens sociais existente entre as elites dominantes e as camadas populares. Assim, concordamos com Cadernatori e Roso (2012, p. 398), quando afirmam que “[...] a violência esteve e está presente em nosso país, qualquer que seja a época histórica considerada, e embora tenha determinadas continuidades, a violência contemporânea tem peculiaridades de cunho mais estrutural [...]”.

A abordagem da violência não pode ignorar o debate sobre questão social, dado que as expressões contemporâneas de violências se configuram como expressões da questão social no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. A violência urbana, e a violência letal que reduz a vida de jovens no Brasil, merecem ser compreendidas a partir do debate sobre desigualdade e questão social.

3.1 VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL

Para Minayo (2006), a violência contemporânea é de cunho estrutural, dado ao seu nível de enraizamento e amplitude na estrutura da sociedade, e nela se assentam diversas formas de violência associados à desigualdade social. Para compreender a violência em sua relação com a desigualdade, na realidade brasileira, nos reportamos a Silva (2015, p. 33), para quem a violência se apresenta como categoria histórica e social, ou seja, “[...] produzida e reproduzida sob dadas condições e relações assentadas na sociedade de classes [...]”, em processos sociais inseridos em condições históricas.

Hernandes (2016) afirma que, em meio a tantos mecanismos que se atualizam em reproduzir as desigualdades sociais em nosso país, que diretamente reverberam no aumento da violência, está a ideologia de consumo. Diante disto, se fortalece a ideologia de que uma pessoa só será alguém, se possuir um emprego, um curso superior, ideais de vida que se distancia da realidade social de muito jovens pobres,

que não usufruem das mesmas oportunidades de alcançar metas que lhes são cobradas para ascenderem socialmente e para alcançarem esse almejado padrão de vida ingressam em atividades ilícitas. Tal fator, contribui diretamente para o constante “aumento dos índices de mortes da população infanto-juvenil” no Brasil, a gradual conversão aos valores da violência e da nova organização criminosa montada no uso constante da arma de fogo (ZALUAR, 2004, p. 65).

Em nossa sociedade forjada na divisão de classes, precisa-se pensar em intervenções que alcancem êxito no trato dos problemas sociais, as quais impõem a necessidade de compreender as tessituras históricas, socioeconômicas e culturais de sua conformação. Deste modo, a fim de que se possa subtrair as desigualdades sociais no Brasil, torna-se imprescindível a melhoria de distribuição de renda e o aumento da oferta de emprego, além de atuação na esfera cultural para fomentar a transformação das mentalidades, em favor das crianças e dos adolescentes (SCHAEFER *et al.*, 2018).

Kristensen, Lima e Ferlin (2003) alertam que o assunto violência, em um contexto geral, faz referência ao comportamento existente entre homens, que envolvem formas de agressão premeditada, e por vezes mortal, de um indivíduo ou grupo contra seus semelhantes. Definida dessa maneira, essa violência só pode ser encontrada entre seres humanos. Todos os dias a violência é dirigida às crianças e adolescentes sendo motivo de grande preocupação por parte do poder público e da sociedade civil, o que demonstra a necessidade de ser combatida constantemente.

Na opinião dos autores supracitados, um dos fatores que geram a violência é a desigualdade. Toda violência é institucionalizada quando se admite, explicita ou implicitamente, que uma relação de força é natural. Os fatores que ocorrem para o aumento da violência são inúmeros, dentre eles, a facilidade de aquisição de armas, o consumo de drogas, a falta de policiamento, a impunidade, a banalização da violência, entre outros.

As desigualdades sociais despontam como importante elemento analítico para se problematizar os crescentes índices de mortalidade por violência, com maior prevalência para o público jovem, principalmente os que se encontram nos segmentos menos favorecidos socialmente, que sucumbem ao predatório sistema de produção

capitalista, de uma realidade que pode vir a ser um agente potencializador para que o jovem venha se envolver em atividades ilícitas, vislumbrado e idealizado pela oportunidade de ascensão social, estando mais vulnerável a situações de riscos (HERNANDES, 2016).

No contexto, as desigualdades sociais são mecanismos que favorecem o incremento da violência no país e, embora toda população esteja à mercê da violência, os que mais apresentam menos condições financeiras estão em maior vulnerabilidade. Sobre este aspecto, Silva, Ponte e Tognini (2012), advertem para a necessidade de um olhar multidimensional para a questão da violência, condição imprescindível para desconstrução de uma sociedade violenta.

Ao fazer uma leitura das transformações societárias recentes e das raízes da violência atual, Gentilli (2015, p. 22), tece reflexões da mesma como crise da sociabilidade humana, e assinala que o enraizamento na vida social é bem mais complexo e deletério, chegando a atingir as estruturas culturais e os entendimentos ideológicos, manifestados nas estruturas jurídicas e políticas e nos aparatos policiais e repressivos.

Posto desse modo, Hernandez (2016), afirma que distintos mecanismos sociopolíticos funcionam na sociedade brasileira, produzindo e reproduzindo as desigualdades sociais. Segundo ele, tais mecanismos fazem com que algumas vidas sejam classificadas como menos humanas e, assim, passam a ser responsabilizadas por uma série de sintomas sociais que afetam todo segmento populacional, tais como a violência e o aumento da criminalidade, quando verdadeiramente os sujeitos compreendidos como potencialmente perigosos não são causas, mas efeitos decorrentes do sistema vigente de produção capitalista.

O autor supracitado, ao realizar um estudo sobre jovens internados compulsoriamente para tratamento de álcool e outras drogas após o cometimento de atos infracionais, constatou que a violência surge como um dispositivo internalizado na vida desses sujeitos, que olham para a mesma como um componente natural de suas trajetórias e reproduzem na sociedade os efeitos destrutivos que os atingiram.

Para Cruz, Rodrigues e Guareschi (2013, p. 144), o ser humano se constitui a partir de relações em determinados grupos, de maneira que, se não houver relações, não

há grupo instituído ou consolidado. Desse modo, as mudanças de um determinado grupo não se dão por meio da inserção de novos membros, mas, na mudança das relações que constituem esse grupo.

A problemática da violência por armas de fogo na sociedade brasileira vem se agravando de forma inegável, sendo os jovens pobres e negros de certo modo predestinados a se tornarem mais um dado estatístico. As conjunturas sociais brasileiras regidas pela dominação de classes e omissão do poder público impõem as verdadeiras causas que impulsionam a violência urbana, sendo resquícios de um passado de exploração no qual se constituiu a sociedade brasileira (MELLO, 2013).

Na concepção de Mello (2013, p. 141), o problema da violência há muito tempo vem sendo associado à pobreza, “identificar segmentos da população como portadores de maldade pelo simples fato de serem pobres, gira ainda uma vez a roda da violência e não beneficia ninguém”. Tais ideologias, de acordo com Hernandez (2016) ao invés de nos fazer avançar no campo das políticas públicas e dos direitos de cidadania, nos fazem regredir às arcaicas teorias da inferioridade humana, que precisam ser combatidas diante da ignorância de um dito poder-saber dominante, que deteriora algumas vidas em função de outras, elegendo uns como mais e outros como menos humanos.

Dentre as muitas causas da violência urbana situa-se o envolvimento de jovens com a criminalidade, resultado da má distribuição de renda e da privação da educação, melhores condições de moradia e acesso à saúde, pobreza, desigualdades sociais, violência, exclusão social e vulnerabilidade, entre outros, os quais têm levado pesquisadores a estudar as crianças e os adolescentes (MAIA *et al.*, 2017; COSTA, 2014).

Neste sentido, necessário se faz repensar nossas políticas públicas, as quais permanecem ineficazes no combate à violência e à proteção social do público infanto-juvenil. Evidentemente, associa-se ao risco a criança estar em tal situação. Tanto que os organismos públicos estão investindo com o propósito de encontrar alternativas viáveis de políticas públicas que possam minimizar os variados fatores de risco. O que acende a discussão com o trabalho desenvolvido por Poletto e Koller (2008), quando

os autores frisam que os riscos são concernentes à episódios negativos, podendo ser desenvolvido na criança problemas emocionais, físicos ou até mesmo sociais.

Segundo Figueiredo *et al.* (2017), o preconceito, o racismo e as desigualdades sociais na sociedade brasileira revelam-se como principais dispositivos para o aumento da violência que atinge o público infanto-juvenil. Conseqüentemente, quando avaliamos com base nos panoramas nacionais o perfil dos jovens que são vítimas de armas de fogo, se torna possível observar uma discrepante diferença nos índices de óbitos por armas de fogo de brancos se comparados aos de negros.

Com o afimco de enriquecer o assunto, Camargo, Alves e Quirino (2005) trazem importante contribuição ao apontarem a historicidade da prática da violência contra crianças e adolescentes negros no Brasil e nos alertam para a consideração do aspecto epidemiológico da violência, na qual verificamos, a partir de Reichenheim *et al.* (2011), que jovens negros e pobres são as principais vítimas, tanto quanto autores de violência urbana. Em relação à questão de raça, ganha centralidade como variável presente na produção e reprodução das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social da população negra no Brasil (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 464).

Nesta esteira de raciocínio que liga a violência às formas de sociabilidade, há que considerar também que a violência, segundo Gentili e Trugilho (2014, p. 527):

[...] encontra-se intrinsecamente ligada à atual sociabilidade da sociedade do capital, constituindo-se ao mesmo tempo, dialeticamente, causa e efeito de si mesma, em decorrência de uma conjunção de fatores socioeconômicos, políticos e culturais que se conectam entre si, articulando e interagindo na concretização de condições de materialização de episódios violentos em diferentes regiões e áreas geográficas internacionais e nacionais.

Enquanto se criar as políticas públicas que estiveram à mercê dos interesses de uma classe dominante, não há como se promover verdadeiras mudanças sociais, o que leva a apenas reproduzir preconceitos e estereótipos que agravam as desigualdades e responsabilizam os pobres por uma série de problemas sociais, e dentre estes destaca-se a violência urbana cometidas por jovens e contra jovens com uso de armas de fogo.

3.2 DADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Cabral e Trugilho (2015), afirmam a importância de se atentar para os indicadores relacionados à violência em sua abordagem. Assim, esse item se dedica a apresentar informações a respeito dos índices relacionados à violência que incide sobre crianças e adolescentes na realidade brasileira, o que nos permite evidenciar aspectos contundentes deste cenário.

Ribeiro, Souza e Souza (2017, p. 2855), evidenciam que a arma de fogo tem sido o meio muito utilizado para se cometer homicídio. E pelo fato de se ter uma arma, estudos mostram que em atos de violência a probabilidade de se usar e causar a morte ou causar ferimentos graves é maior.

O Atlas da Violência traz referência à violência letal contra jovens como um fenômeno crescente na realidade brasileira, apresentando dados que mostram números assustadores. Em relação à violência que incide sobre jovens no Brasil, dados dispostos no Relatório intitulado Diagnóstico dos Homicídios no Brasil, revelam que 52,9% dos homicídios contemplam a faixa etária de 15 a 29 anos (BRASIL, 2015). Isto posto, permite-nos afirmar que os jovens despontam como as principais vítimas da violência homicida em nosso País. O Atlas aponta a dura realidade apresentada no ano de 2017, no qual se verifica uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no Brasil, sendo que os homicídios foram a causa de 51,85 das causas de óbito em jovens de 15 a 19 anos (IPEA, 2019).

É importante atentar para a representação da violência por arma de fogo, como por exemplo a sua incidência entre população segundo a cor de pele. A este respeito, inicialmente destacamos Waiselfisz (2016), que analisando os anos de 2003 a 2014, destaca a desigualdade existente entre brancos e negros. Em seu estudo, aponta que a taxa de mortalidade por armas de fogo em pessoas da cor branca diminuiu de 27,1% para 14,5% no ano de 2003, chegando a 10,65% no ano de 2014, enquanto as mortes de negros tiveram um significativo aumento de 9,9% em 2003, chegando em 27,4% em 2014. Segundo o autor, os dados evidenciam que a vitimização de negros no Brasil, que em 2003 era de 71,7%, passou para o índice de 158,9% em 2014, ou seja, a considerar esses dados, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo.

Observando os dados dispostos no Atlas da Violência 2019 (IPEA, 2019) é possível verificar a desigual proporção dos indicadores da violência letal no Brasil, no que se refere aos diferentes segmentos sociais e de gênero, raça e etnia. O Atlas aponta que em termos proporcionais, quando comparados os índices de violência letal entre indivíduos não negros (brancos, amarelos e indígenas) e negros, o ano de 2017 revela que, para cada pessoa não negra vítima de homicídio, cerca de 2,7 pessoas negras foram mortas. Destaca-se aqui, a realidade desvelada sobre a violência letal incidente sobre jovens do sexo masculino de cor preta ou parda. Ainda segundo o Atlas, os estados com maior incidência de violência letal contra negros estão situados na Região Nordeste do País e, no tocante ao Espírito Santo, o estado figura entre aqueles que apresentaram menores taxas de homicídios de negros em 2017.

Os dados estatísticos apontam ainda que, embora a violência por armas de fogo incida em maior proporção o público jovem, aquele que se encontra no segmento pobre da sociedade passa a ser muito mais atingido, quando comparado à porção jovem das classes que apresentam melhor poder aquisitivo e, portanto, situadas nas camadas de melhor condição social (WAISELFISZ, 2016). Ao problematizar o fenômeno da violência e as condições de vida dos jovens Gentili e Helmer (2017, p. 123) assinalam que:

A racialização emerge de forma contundente relacionada à questão do tráfico de drogas e à morte violenta, cujos dados ficam evidenciados no “Mapa da Violência”, apresentando uma clara relação entre mortes violentas e armas de fogo. Entretanto, as determinações das condições econômicas, sociais e culturais mais gerais, ligadas à associação entre classe social, identidade racial atribuída e tráfico de drogas, precisam de mediações mais criteriosas para que se evitem reproduções de atitudes reducionistas, cegas ao racismo velado de nossa sociedade e à naturalização pobreza.

Em termos similares, Szwarcwid e Castilho (1998, p. 169) advertem que:

A prevenção e o controle da violência devem abordar o problema enfocando desde questões no plano coletivo, tais como a proliferação de armas de fogo, vinculada ao crescimento da atividade criminal, a expansão do narcotráfico e a situação aguda das desigualdades sociais, até questões de ordem individual, como as relações e interações dos jovens com seu ambiente, em nível de família, escola e sociedade. Urge que se coloque em prática estratégias específicas e programas de intervenção de diferentes naturezas, envolvendo a diversidade destes aspectos, para conter esta desastrosa epidemia.

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2018, lamentavelmente, o Brasil atingiu um índice histórico de 62.217 homicídios, que,

conforme o Ministério da Saúde, são correspondentes a um número de 30,3 mortes para cada 100 mil pessoas, equivalente a uma taxa 30 vezes maior que a europeia. Com isso, totaliza-se 553 vidas perdidas por dia. E ainda de acordo com o IPEA (2018, p. 71):

De fato, existem inúmeros fatores a impulsionar a violência letal no país, como a profunda desigualdade econômica e social, a inoperância do sistema de segurança pública, a grande presença de mercados ilícitos e facções criminosas e o grande número de armas de fogo espalhadas pelo Brasil afora.

Posto desse modo, Pino (2007) diz que a violência parece estar entranhada no dia a dia da sociedade, que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, ocasional, para se transformar em uma forma de ver, quase um modo de viver o mundo.

Por esta ótica, o Brasil, somente no ano de 2017 apresentou uma média de 30 assassinatos por dia de jovens e crianças, sendo a maioria negros e pobres, estando o Brasil em segundo lugar na lista de países que concentram a maioria dos crimes contra crianças e jovens de até 19 anos (MACHADO, 2017).

Sobre a violência por arma de fogo que vitima crianças e adolescentes no Estado do Espírito Santo, o portal *Gazeta Online* veiculou notícia informando que, até o ano de 2016, o Estado do Espírito Santo foi o décimo estado brasileiro com mais mortes de crianças e adolescentes por arma de fogo. No ano de 2015 o Espírito Santo registrou 27,6% percentual de homicídios contra menores de 19 anos. Sendo maior que a média nacional, que é de 20,7% (MACHADO, 2017).

Verifica-se que o Espírito Santo caiu de posição entre os estados com maior número de mortes por armas de fogo, em 10 anos. Em 2000, o estado ocupava a 3ª posição e, em 2014, passou para a 5ª. Ao mesmo tempo, a taxa aumentou, de 33,3 para 35,1, para cada 100 mil habitantes (G1, 2016). O impacto das estatísticas é ainda maior quando se verifica que as vítimas preferenciais da violência são os jovens de até 19 anos de idade. Entretanto, como bem pontua Nery (2005), a violência causada por armas de fogo só não é considerada um escândalo no País porque a maioria das vítimas são jovens, pobres e negros.

Moreschi (2018, p. 33) considera como necessário conter o processo de aumento da violência que coloca crianças e adolescentes em situação de risco e vulneráveis a todo tipo de violência, mas, segundo autor “[...] é preciso um olhar para as causas da degradação social que contribui para intensificar o fenômeno da violência tanto urbana quanto rural”.

Nesse contexto, Pires *et al.* (2016) tecem uma análise e enfatizam os meios de comunicação social, como fatores minimizadores, uma vez que a mídia pode contribuir de maneira significativa na busca de meios para mudar a realidade vivenciada tanto por crianças e adolescentes quanto familiares, levando a sociedade pensante a buscarem por respostas mais decisivas por parte das autoridades, envolvendo as políticas públicas.

A título demonstrativo, a seguir encontra-se disposta uma representação da distribuição populacional de grupos populacionais no Espírito Santo, segundo raça/etnia, demonstrado por quantidade e percentual.

Quadro 1 – Censo demográfico de 2011

Raça/Etnia	Quantidade de indivíduos	% da população do ES
Branços	1 489 759	42,2
Pretos	300 070	8,5
Pardos	1 715 694	48,6
Amarelos (asiáticos e índios)	24 712	0,7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2011².

Importante destacar que raça e etnia não são sinônimos. Raça é um conceito para categorizar diferentes populações de uma mesma espécie biológica, como as suas características físicas: cor da pele, estatura física, dentre outros. Um termo utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. Enquanto etnia significa grupo biológico e culturalmente homogêneo. Do grego *ethnos*, povo que tem o mesmo *ethos*, costume, incluindo língua, raça, religião etc. Portanto, a etnia é

² Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais, religiosas, de valores e tradições transmitidas de geração em geração (MORESCHI, 2018).

Segundo Lopes (2017), o número de pessoas que se autodeclararam como negros no Estado do Espírito Santo, cresceu. No ano de 2016, se autodeclararam 2,42 milhões como negros, enquanto que em 2015 esse número foi de 2,35 milhões. Pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas correspondem a 61% da população, em contraposição a 38,5% de indivíduos brancos. A população é formada na maioria por mulheres, com 2,044 milhão, sendo 1,925 milhão de homens (LOPES, 2017). O censo do IBGE de 2010, revelou que a composição étnica do Espírito Santo como bastante diversificada. Cerca de 1,7 milhão Pardos (48,6%), 1,5 milhão brancos (42,2%), 293 mil Negros (8,4%) e 0,8% amarelos (21,9 mil) ou indígena (9 mil).

Neste contexto, verifica-se, de modo preocupante, a situação de exposição à violência por arma de fogo em que se encontram crianças e adolescentes, em especial aquelas de cor preta ou parda, de camadas pobres da sociedade brasileira, na qual se situa a realidade do Espírito Santo. É ainda preocupante o atual cenário que aponta o risco da facilitação de acesso à arma de fogo, tomada como objeto de desejo para uma suposta “proteção à vida”.

Portanto, há de se discutir os efeitos negativos que conferem o uso de armas de fogo na sociedade. Segundo Cerqueira (2014), no Brasil as evidências mostraram que a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação, também há um aumento de 2% na taxa de homicídios. Assim, se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídio teria aumentado 12% acima da verificada, entre 2004 e 2007 (CERQUEIRA; MELLO, 2013). Vários trabalhos científicos mostram que a presença de uma arma de fogo no lar ou o acesso fácil conspira contra a segurança das pessoas, ao fazer aumentar inúmeras vezes as chances de homicídio, suicídio ou um acidente fatal (CERQUEIRA, 2014).

3.3 ARMA DE FOGO: MERCADO, FETICHE E POLÍTICA PÚBLICA

No ensaio intitulado “Capitalismo e barbárie contemporânea”, Netto (2012) apresenta duas contribuições para refletirmos sobre a questão do acesso a armas, relacionando-

a à compreensão de sua representação como fetiche e como atendimento à sustentação do mercado para o capital em tempos de crise. Nesse ensaio, o autor afirma que a sociedade tardo-burguesa, no atual estágio do capitalismo, contempla uma cultura do consumo com uma vida social mercantilizada. Neste sentido, compreendemos a arma de fogo como elemento que se insere na “[...] estruturação fetichista da mercadoria” (NETTO, 2012, p. 218), tanto quanto a manutenção da economia sob a ordem do capital.

Destaque pode ser dado a outra importante contribuição das ideias do autor, presente no argumento apresentado por ele de que as atividades econômicas da indústria bélica no século XX representaram um importante mecanismo para a auto reprodução do capitalismo em suas crises, sendo que na atualidade o belicismo se coloca como “[...] um grande negócio capitalista privado [...]” (NETTO, 2012, p. 218). No âmbito do seu raciocínio, afirma que tal fato permite a emergência da militarização da vida social. Essa militarização contribui sobremaneira para a comercialização de armas e sua circulação na sociedade, assim como o comércio clandestino do tráfico favorece a entrada de armas na sociedade.

A violência por arma de fogo e seu controle tem sido objeto de debate nas esferas social, econômica e política. Carvalho e Espíndula (2016) referem que o discurso do medo ante à violência se mostra presente na vida tanto de moradores das áreas urbanas centrais e periféricas, quanto das áreas rurais. Para essa situação em muito contribui a circulação das armas de fogo na nossa sociedade. Portanto, o debate sobre a violência por arma de fogo exige a consideração de fatores que contribuem para o acesso à mesma e sua representação como objeto de consumo e porte (legal ou não).

Ribeiro, Souza e Sousa (2017) afirmam ser a arma de fogo o instrumento mais utilizado para a prática de atos de violência e homicídios em países da América Latina. Assim, considerando o alto grau de letalidade da arma de fogo nas práticas de violência, discutir a respeito dos elementos que favorecem para sua comercialização e utilização pode ajudar a afirmar ações que fortaleçam a política de desarmamento.

Quando atentamos para a questão do acesso e porte (que inclui manuseio e uso) de arma de fogo, é necessário compreender seu significado como objeto de desejo e, portanto, entendê-la como elemento de fetiche. A vida social mercantilizada e de

cultura de consumo - produto do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo -, atua para a intensificação do fetiche da mercadoria (FONTENELLE, 2006). Diversos são os fetiches de consumo presentes na vida social contemporânea, especialmente estimulados pela indústria de propaganda, que opera no sentido de estimular na ação de consumo a objetivação alienada das relações de produção, refere ainda Fontenelle (2006). Nesta esteira de raciocínio, podemos compreender que a arma de fogo (uma mercadoria) acaba se tornando objeto de fetiche (algo a ser cultuado), pelo poder que lhe é atribuído.

Silva (2013) afirma que a adolescência está situada em um momento marcado pela valorização cada vez maior do capital, do dinheiro e dos prazeres e poderes que ele oferece às pessoas, à busca por realização de fetiches pessoais, aquisição de bens materiais e conquista de poder. Na proximidade com essa ideia, Freitas (2002) assinala que os adolescentes são facilmente capturados pelo poder da mídia propagandista, no que ela associa o consumo de mercadorias a fantasias de felicidade e sucesso. Por essa razão, para este autor, adolescentes cooptados pelo tráfico de drogas, são suscetíveis ao fetiche associado à arma de fogo, pelo fascínio que ela exerce, associada à sensação de ser forte, destemido, poderoso.

Mas o fetiche relacionado à arma de fogo que conduz à idealização do seu porte e manuseio atinge não somente adolescentes, mas pessoas em diversas faixas etárias e de ambos os sexos, por estar a arma associada à sensação de poder - um objeto ao qual se atribui um poder sobrenatural. Para Moura (2019), ao carregar uma arma o homem pode se sentir completo, forte e confiante para cometer a violência.

Hernandes (2016) afirma que diversas pesquisas demonstram, de forma evidente, a relação entre o acesso disseminado às armas de fogo e o incremento da violência, uma vez que o tráfico de armas representa a comercialização ilegal ou não controlada de armamentos bélicos, podendo estar associada tanto ao crime organizado quanto ao tráfico propriamente dito.

Entretanto, o comércio legal e o ilegal de armas de fogo se constituem faces da mesma moeda, ao entendermos que sua produção e circulação no mercado favorece o aquecimento da economia em termos de crise, como já destacado anteriormente a partir das análises de Netto (2012). Embora se verifique nos discursos dos defensores

da segurança pública militarizada uma culpabilização do comércio ilegal de armas e o tráfico de drogas como únicos responsáveis pelos altos índices de violência e morte por armas de fogo, cumpre também apontar o papel da militarização da segurança pública nessenexo causal. Afinal, a militarização da vida social cumpre o papel ideológico de mascarar o interesse capitalista bélico, inscrito nos mercados internacional e nacional de armas.

Nesse sentido, a violência por arma de fogo e seu incremento na realidade brasileira atual se mostra um grande desafio para as políticas públicas. Seu enfrentamento requer ações integradas entre as diversas políticas sociais e a ação do Estado, mas não de um Estado repressivo e punitivo, e sim de um Estado democrático e protetor, que assegure a ampla defesa dos direitos humanos e sociais. A proposta de militarização da política de segurança pública representa a “[...] legitimação da defesa de políticas públicas de caráter neoconservador [...]” (FREIRE; MURAD; SILVA, 2019, p. 214), tanto quanto contribui para a criminalização da pobreza, ao considerar os pobres como os protagonistas da violência e da criminalidade (CADERMATORI; ROSO, 2012).

Para Moreschi (2018), não existe uma única definição sobre o que seria essa política pública, mas o autor a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos.

Souza (2006) enfatiza que as decisões e análises sobre política pública em relação à violência por arma de fogo com crianças e adolescentes, implicam em responder questões como: quem ganha, o quê, por quê e que diferença faz, embora, outras definições enfatizem o papel da política pública na solução dos problemas da violência. Muitos são os espaços que precisam ser engajados para a garantia dos direitos de proteção à infância e juventude, devendo esses eixos serem articulados para que possam ir além do que são propostos.

Ressalta-se como importante para o enfrentamento do fenômeno da violência, a efetividade das ações de proteção das crianças e adolescentes, mas torna-se necessário organização, conexão e articulações “inter-setoriais, inter-instâncias estatais, interinstitucionais e inter-regionais” (BAPTISTA, 2012, p. 188). Assim,

interessa-se relatar que a garantia de direitos de crianças e adolescentes, dentro do campo geral das políticas públicas, pode ser reforçado por seu papel no conjunto de ações estratégicas. Há, portanto, de se discutir e constituir medidas de Segurança Pública, acompanhadas de outras políticas públicas, voltadas para o combate da dura realidade social em que o Brasil está imerso (NERY, 2005).

Embora seja um desafio, Faraj, Siqueira e Arpini (2016, p. 728) argumentam que o avanço na esfera dos direitos de crianças e adolescentes estejam relacionados às ações de prevenção das situações de violência. Para Branco e Tomanik (2012), a prevenção da violência pode ser desenvolvida em três modalidades, sendo ela a primária, secundária e terciária, e também deve envolver diversos atores e instituições. Sugere Njaineet *al.* (2007) a promoção de trabalhos em conjunto com rede de proteção, bem como a família com o desenvolvimento de ações de prevenção e proteção.

Hernandes *et al.* (2017) nos faz refletir sobre os casos de violência de pessoas vítimas de arma de fogo, cotidianamente divulgados pela mídia, que dizem muito mais sobre as políticas públicas do que sobre eles mesmos, no sentido de apontar para falhas existentes nas políticas. Neste sentido, as matérias divulgadas falam de vidas que não puderam ser ouvidas, de jovens que sucumbem perante o predatório sistema capitalista, onde o Estado forja mecanismos para elaboração de políticas públicas que vão de encontro aos interesses da classe dominante (HERNANDES *et al.*, 2017). Diante do exposto, é possível refletir sobre a necessidade de efetivação de políticas públicas que busquem atender aos cumprimentos dos direitos de cidadania assegurados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A disposição legal do Estatuto do Desarmamento, uma lei federal, derivada do projeto de Lei nº 292 (PL 1555/2003), atualmente regulamentado pelo Decreto nº 5.123/04, busca contribuir para resultados positivos quanto à redução de homicídios praticados por armas de fogo, por meio de propostas de aperfeiçoamento do modelo legal de regulação de armas e munições estabelecendo frentes de atuação para o enfrentamento do problema da violência.

O que fica compreendido, é que o Estatuto do Desarmamento produziu avanços significativos em relação à legislação anterior, trazendo inovações em relação ao

modo de aquisição, ao porte e ao comércio de armas e munições, ao criar inúmeros embaraços e dificuldades ao seu acesso pelos cidadãos comuns, mas o objetivo é o desarmamento total da população civil (NERY, 2005). A revogação deste Estatuto por meio do Projeto de Lei 3.722/12 representa um grande retrocesso no combate à violência por arma de fogo, na medida em que permite a facilidade de acesso à posse e ao porte de armas (BRASIL, 2012).

4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O estudo empreendido compreende uma pesquisa documental de abordagem qualitativa. Sua característica qualitativa está relacionada ao fato da pesquisa buscar reflexões sobre o desenvolvimento e a dinâmica social, considerando o interesse do estudo direcionado à obtenção de dados que expressam, de certo modo, a violência por arma de fogo envolvendo crianças e adolescentes entendida como processo social na sociedade contemporânea, que envolve um específico grupo social.

Minayo (2010, 2011) indica que as pesquisas se inscrevem no rol das pesquisas qualitativas, aquelas que se interessam pelo estudo das relações, bem como das interpretações que os homens fazem a respeito da realidade em que estão inseridos. É ainda Minayo (2006) que afirma que os dados qualitativos correspondem ao mais profundo das relações, impedindo que os processos e fenômenos sejam reduzidos à mera operacionalização de variáveis numéricas. As concepções presentes em Minayo são complementadas pela ideia de Haguette (1992, p. 63), em sua afirmação de que “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.”

O estudo se situa no âmbito da pesquisa documental, em virtude de que esse tipo de pesquisa, segundo Marconi e Lakatos (2006), se vale do levantamento de documentos, tomando-os como base para a busca de informações e dados referentes ao que se pretende investigar cientificamente. Para as autoras citadas, esses documentos se constituem em fonte primária, pois têm como característica o fato de não terem recebido qualquer tipo de análise crítica prévia.

Nesse sentido, buscamos destacar elementos inerentes aos aspectos sociais relacionados à violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, que se constituem em dados componentes desta realidade social, tomando como referência os registros documentais de atendimentos do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES) do Sul do Espírito Santo. Enquanto retrospectivo, um estudo desenhado para explorar fatos do passado, podendo ser delineado para retornar, do momento atual até um determinado ponto no passado, há vários anos.

O CIODES, campo do presente estudo, é um Órgão vinculado à Secretária Estadual de Segurança Pública (SESP), que tem como missão integrar e gerenciar agências de seguranças estaduais, federais e municipais, com vistas a realizar um melhor entendimento das ocorrências policiais. O CIODES Sul foi inaugurado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim em 30 de março de 2010.

Operacionalmente, o CIODES Sul é responsável pelo atendimento das ocorrências policiais das áreas do 9º Batalhão da Polícia Militar, 9ª CIA/IND, 10ª CIA/IND. Com atendimentos aos municípios de Alfredo Chaves, Apiacá, Anchieta, Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Mimoso do Sul, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Vargem Alta. Entretanto para efeito da pesquisa, foram os municípios de Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes, Piúma, Rio Novo do Sul e Vargem Alta analisados. O Quadro disposto abaixo permite melhor identificação da relação de municípios atendidos pelo CIODES Sul.

Quadro2 – Relação dos municípios atendidos pelo CIODES no sul do Espírito Santo pelo telefone 190

ALFREDO CHAVES	APIACÁ
ANCHIETA	ATÍLIO VIVÁQUA
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	CASTELO
ICONHA	ITAPEMIRIM
MARATAÍZES	MIMOSO DO SUL
MUQUI	PIÚMA
PRESIDENTE KENNEDY	RIO NOVO DO SUL
VARGEM ALTA	

Fonte: Informações do 9º Batalhão da Polícia Militar, 2019³.

Este estudo não implicou na utilização direta de seres humanos como participantes da pesquisa, por configurar como uma pesquisa documental, implicando assim, em participação indireta de crianças e adolescentes, uma vez que os dados dizem respeito a dados pessoais das vítimas e agressores, coletados do formulário de registro de atendimento do CIODES Sul pelo número de telefone 190.

Foram coletados os dados referentes aos casos de crianças e adolescentes vítimas por armas de fogo. Conforme o Art. 2º da Lei nº. 8.069/90, considera-se criança, para

³ Disponível em <ioes.dio.es.gov.br>. Acesso em: 4 maio 2019.

os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Na pesquisa, utilizamos a coleta de dados em fonte primária, mas associamos à mesma a utilização de fontes secundárias para a realização da pesquisa de referencial teórico. Como fonte primária, utilizamos os formulários de registro do CIODES Sul do Estado do Espírito Santo, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2017, sendo os registros efetuados de 30 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2017, relacionados à violência por arma de fogo envolvendo crianças e adolescentes.

Visando à captura de dados em fontes secundárias, a pesquisa do referencial teórico foi realizada por meio de consultas a artigos em bancos de dados informatizados, como *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), e ainda em sites de bancos de dissertações e teses de universidades, pela utilização de textos referentes aos anos de 1997 a 2018.

Dentre os registros do CIODES Sul do Espírito Santo, no período de 30 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2017, envolvendo violência por arma de fogo, foram identificados 43 Boletins Unificados (BUs) relacionados à violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, que foram tomados como fonte de coleta de dados desta pesquisa. Foi necessário proceder à exclusão dos BUs nos quais não constava registrado a idade da vítima (constando Não Informado (NI)⁴).

Buscamos coletar nos BUs os seguintes dados das vítimas: sexo, faixa etária, etnia, município de ocorrência, o ano e hora de ocorrência, dados de morbimortalidade por arma de fogo, motivação da violência por arma de fogo, circunstâncias em que ocorreu, as formas de encaminhamento dadas às vítimas. Os dados coletados nos BUs foram devidamente registrados em um formulário de autoria da própria pesquisadora, contendo itens referentes as categorias acima elencadas.

Para realizar a análise dos dados coletados nos BUs, utilizamos como referencial metodológico a análise de conteúdo descrita por Minayo (2010). O método empregado permitiu extrair dos 43 BUs do CIODES Sul as unidades de registro, que ao serem

⁴A sigla NI refere-se a dados que não foram informados.

posteriormente agrupadas conforme semelhança entre si, permitiram a construção das categorias de análise, que seguem apresentadas no capítulo seguinte. Deste modo, procedeu-se sistematicamente à análise interpretativa dos documentos na seguinte sequência: ordenação dos dados; classificação dos dados; tratamento dos dados.

Seguindo a referência de Minayo (2010), a análise de dados foi sistematizada em três etapas, a saber: ordenação dos dados; classificação dos dados; tratamento (análise final dos dados). Na primeira etapa, realizou-se o contato inicial com o material empírico, que veio a se constituir na leitura geral dos 43 Boletins Unificados do CIODES selecionados para coleta de dados. Na etapa seguinte, procedeu-se à leitura atenta e exaustiva do conteúdo destes documentos, com vistas a apreender os significados relacionados aos objetivos da pesquisa. Assim, extraiu-se dos BUs as unidades de análise e, por meio de relação entre os dados empíricos (material de análise), objetivos e referencial teórico, foram construídas as categorias de análise. Na terceira e última etapa, procedeu-se à interpretação analítica das categorias formadas na etapa anterior, valendo-se, para tanto da inferência e sua associação ao referencial teórico adotado neste estudo.

Compreende-se que a análise de conteúdo seja uma técnica refinada que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise, por permitir “[...] acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em texto, expressos na axiologia subjacente ao texto analisado” (OLIVEIRA, 2008, p. 570).

O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação ética e encontra-se em consonância com os aspectos éticos inerentes à pesquisa com seres humanos, estabelecidos na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. A pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil sob o número CAAE 09703619.5.0000.5065 e recebeu aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia – EMESCAM, emitido por Parecer Consubstanciado.

No capítulo a seguir, apresentaremos os resultados obtidos dos BUs do CIODES Sul e sua análise, demonstrando as configurações da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no sul do Espírito Santo.

5 ESPELHO DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Conforme já mencionado anteriormente nesta dissertação, o estudo empreendido teve por objetivo refletir sobre as características da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes segundo registros de atendimento do CIODES, no período de 30 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2017, destacando as tendências deste tipo de violência no Sul do Estado do Espírito Santo, bem como os aspectos de mortalidade, os elementos determinantes da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes.

Não obstante tratar-se de pesquisa de abordagem qualitativa, julgou-se oportuno dispor em alguns quadros e tabelas os dados obtidos que apresentam características numéricas, possibilitando também a demonstração destes dados. Entretanto, a análise dos mesmos é de cunho qualitativo, não centrada nos números em si e sua representatividade quantitativa, mas em seus significados construídos a partir da interação entre teoria e empiria. Trata-se, portanto, de apresentação de dados numéricos que se mostram dialeticamente complementares aos dados qualitativos, pois como esclarecem Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 9), as pesquisas qualitativas não se baseiam em números, mas esses podem participar da discussão quando “os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise”.

Desta forma, a partir da análise dos dados descritos nos Boletins Unificados do CIODES Sul do Espírito Santo, optou-se por apresentar os resultados deste estudo a partir das características objetivas e subjetivas da violência por arma de fogo, refletindo o alcance e os limites desta pesquisa, o que passamos a apresentar na sequência.

5.1 CARACTERÍSTICAS OBJETIVAS DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este item contempla os dados numéricos obtidos na leitura dos Boletins Unificados, revelando características objetivas da violência por arma de fogo que incide em crianças e adolescentes na região Sul do Estado do Espírito Santo. As características objetivas aqui referidas refletem alguns elementos sociodemográficos, de

morbimortalidade e determinantes dos casos relacionados a este tipo de violência, registradas no CIODES Sul no período estudado.

Os dados obtidos por meio dos registros do CIODES e sua relação com a literatura científica, por meio do referencial teórico adotado, permitiu constatar a problemática que envolve a violência por armas de fogo. Posto que nos dias atuais a violência por arma de fogo vem representando grave problema que afeta diversas esferas da sociedade, seu enfrentamento requer a implementação de ações efetivas a fim de combatê-la, em especial pela via das políticas públicas voltadas para geração de emprego, educação, cultura, habitação, transporte e melhoria das condições de vida dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

Por conseguinte, têm sido inúmeras as tentativas de implementar e colocar em pauta decretos e projetos de lei para tornar mais flexíveis as exigências para a posse e o porte de armas. Entretanto, com todas as mudanças, a constitucionalidade dos textos continua sendo questionada. Dos projetos aprovados que promovem alteração no Estatuto do Desarmamento, consta a permissão de moradores do campo usarem armas em toda a extensão da propriedade rural e não apenas na sede, além da redução da idade mínima de 25 para 21 anos para que residentes em áreas rurais possam comprar armas de fogo.

Notícia veiculada em meios de comunicação dão conta de outras alterações em curso. Matéria divulgada no Jornal Nacional informa que, diante de vários percalços, de idas e vindas, três decretos foram validados e com as seguintes medidas: caberá ao Exército, em 60 dias, definir que armas são de uso permitido para todos. Adolescentes com idade entre 14 e 18 anos poderão ter aulas de tiro, com a autorização de um responsável. Também está mantida a exigência de um local seguro para guardar armas e está valendo ainda o amplo acesso a armas de uso restrito e grandes quantidades de munição para colecionadores, atiradores esportivos e caçadores (JORNAL NACIONAL, 2019).

Diante de tal contexto de inflexões no enfrentamento e controle da violência presente na sociedade brasileira, o estudo de Cerqueira *et al.* (2019, p. 78), realizado a partir de revisão de literatura científica de publicações em periódicos entre 2012 e 2017, conclui que o acesso facilitado às armas de fogo é altamente favorável ao incremento

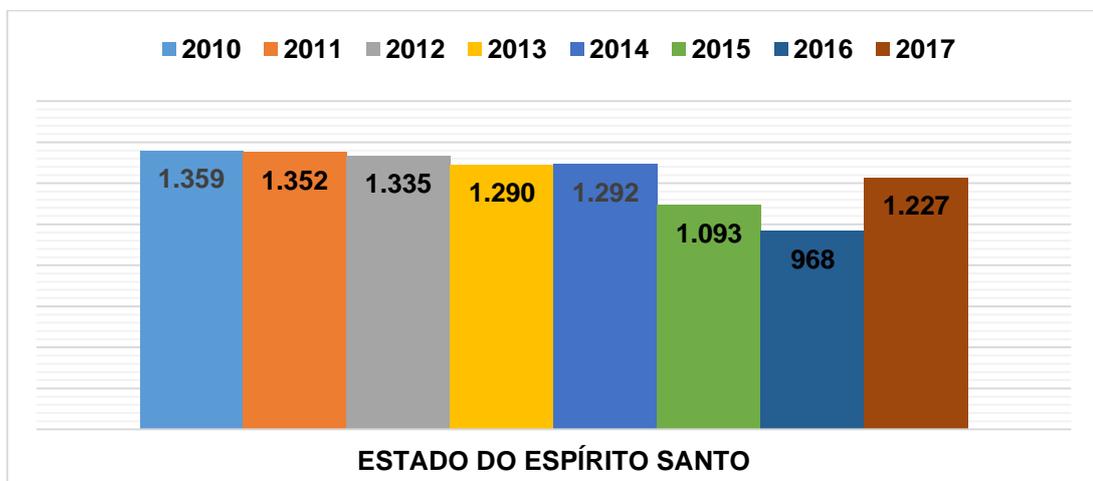
da violência uma vez que “[...] a quantidade de armas tem efeito positivo sobre os homicídios, sobre a violência letal e sobre alguns outros tipos de crime”.

Trindade *et al.* (2015, p. 749) apontam que “[...] é fato o aumento no uso das armas de fogo nas mortes por agressão, sendo as lesões por Projétil de Armas de Fogo (PAF) apontadas como responsáveis pelo aumento nas mortes por homicídios no Brasil”. Concordam os autores da necessidade de se mensurar os homicídios praticados, não só devido à severidade deste tipo de crime, mas também “[...] por se tratar de um barômetro acurado da criminalidade violenta no contexto em foco, assim como a frequência do uso de armas de fogo na prática desses crimes” (TRINDADE *et al.* 2015, p. 749).

O mapa da violência no Brasil tem mostrado um crescimento das taxas de homicídios nos últimos 25 anos, acompanhado, paralela e concomitantemente, do aumento do uso de armas de fogo nas mãos da população. O que concordam Cerqueira *et al.* (2018), ao afirmar o índice de registros no Espírito Santo de casos de homicídios por arma de fogo. Para Minayo (2006, p. 40), “[...] o comércio de armas de fogo é o segundo mercado mais lucrativo do mundo, depois do petróleo”.

O gráfico 1 abaixo disposto apresenta os números de homicídio por arma de fogo no Estado do Espírito Santo no período de 2010 a 2017.

Gráfico 1 – Homicídio por arma de fogo - estado do ES, 2010/2017



Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do Diest/Ipea e FBSP apresentados ao decorrer do texto.

Com os dados obtidos por meio dos registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), foi possível verificar os números de óbitos causados por agressão relacionada ao disparo de arma de fogo. Resta claro que os dados de homicídios são calculados a partir do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) sendo a principal referência para o diagnóstico da violência no Brasil. Contata-se, no Estado do Espírito Santo entre 2010 a 2017, houve 9.916 registros de casos de homicídio por arma de fogo.

Para efeito do presente estudo, abordaremos, na sequência, os dados que refletem a violência por arma de fogo em crianças e adolescentes na realidade do Sul do Estado do Espírito Santo, com ênfase nos registros encontrados nos Boletins Unificados do CIODES Sul, destacando algumas características sociodemográficas, bem como morbimortalidade, causas (motivos) relacionadas, encaminhamentos realizados pelo CIODES Sul.

As informações contidas nos BUs analisados revelam números preocupantes em relação à violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no Sul do Estado. A Tabela 1 disposta a seguir demonstra a distribuição numérica dos casos no período compreendido entre 30 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2017.

Tabela 1 – Distribuição dos casos registrados no período de março 2010 a dezembro 2017

Ano	Nº de casos
2010	4
2011	6
2012	7
2013	4
2014	2
2015	4
2016	8
2017	8
Total	43

Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do CIODES Sul (2017).

Nos oito anos analisados, entre 2010 e 2017, a distribuição do número de casos registrados de violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, nas cidades da região, apresentou uma variação oscilante até o ano de 2014 e de modo

ascendente a partir de 2015 até o ano de 2017, com 20 registros. Isso revela que os últimos três anos do período somam quase a metade do total de casos registrados pelo CIODES Sul, o que consideramos ser preocupante, pelo crescente dos números.

Em relação à distribuição dos casos de violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no sul do Espírito Santo no período de 2010 a 2017, entre os meses de sua ocorrência, foi organizada a Tabela 2 que segue apresentada abaixo.

Tabela 2 – Casos registrados nas cidades do Sul, de março de 2010 a dezembro 2017, distribuídos em meses

Meses	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	1	1	-	1	-	1	1	-
Fevereiro	-	2	1	-	-	-	-	4
Março	-	-	-	-	-	1	1	-
Abril	1	-	-	1	-	1	-	-
Maiο	-	-	-	1	-	-	-	-
Junho	-	1	-	-	-	-	-	-
Julho	1	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	1	-	-	-	2	1
Setembro	-	-	-	-	-	1	1	1
Outubro	-	-	1	-	-	-	2	1
Novembro	1	2	3	1	-	-	-	1
Dezembro	-	-	1	-	2	-	1	-

Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do CIODES Sul (2017).

Quanto aos meses de ocorrência da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes, podemos observar um padrão de 3 a 4 registros por mês. Entretanto, há uma maior frequência de casos nos meses de novembro e fevereiro, com respectivamente 8 e 7 registros, seguidos do mês de janeiro, com 5 casos registrados. Chama-nos também à atenção o mês de julho, com apenas 1 ocorrência.

Tal variação pode ser compreendida como uma forma de sazonalidade na relação temporal, que não permite afirmar com veemência que existe um ou mais de um mês característicos para a ocorrência dos casos, relacionado a mês de festividades ou férias escolares.

A questão da sazonalidade de casos relacionados à violência contra crianças e adolescentes é apontada também no estudo realizado por Cabral e Trugilho (2015), a respeito da violência contra crianças e adolescentes no Espírito Santo. Essa questão

denota a necessidade de ampliar o estudo do tema, uma vez que a literatura científica consultada não esclarece os motivos de tal realidade oscilante dos casos na distribuição mensal de ocorrência. Assim, necessário se faz a realização de novos estudos que permitam esclarecer e explicar essa variação sazonal de ocorrência, possibilitando, por conseguinte, aprofundar a discussão sobre a violência por arma de fogo praticada contra crianças e adolescentes.

Os registros contidos nos BUs analisados permitiram, ainda, descortinar a ocorrência da violência por arma de fogo entre os municípios do Sul do Espírito Santo, o que segue demonstrado na Tabela 3, disposta a seguir.

Tabela 3 – Casos registrados na distribuição por municípios

Município	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Atílio Vivacqua	1	1	-	-	-	-	-	-
Cachoeiro de Itapemirim	2	4	4	4	1	2	7	5
Marataízes	1	1	-	-	1	-	-	1
Piúma	-	-	-	-	-	2	1	1
Rio Novo do Sul	-	-	2	-	-	-	-	1
Vargem alta	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do CIODES Sul (2017).

Dos 15 municípios atendidos pelo CIODES no Sul do Estado, a violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no período adotado para este estudo foi verificada presente em 6 deles, o que representa quase a metade dos municípios. Notadamente o município de Cachoeiro de Itapemirim aparece com 29 registros (de um total de 43), sendo essa quantidade de casos bastante expressiva, especialmente em relação aos demais municípios. É também significativo o número de casos registrados nos dois últimos anos do período estudado (2016 e 2017).

Pode-se compreender que, por ser a maior cidade da região, com maior população, que o município de Cachoeiro de Itapemirim expresse a realidade dos centros urbanos em relação à violência. No entanto, municípios menores como Marataízes e Piúma, cidades litorâneas e de pequeno porte apresentem casos, que podem parecer poucos,

mas o esperado era que municípios pequenos sequer apresentassem registros de casos. A considerar ainda a realidade de Piúma, verifica-se que até o ano de 2014 não havia registro de casos de violência por arma de fogo em crianças e adolescente, passando a existir tal violência a partir de 2015, mantendo essa realidade nos anos subsequentes.

Cerqueira *et al.* (2019) afirmam a importância de serem implementadas ações voltadas a coibir a compra e venda de armas de fogo, como elemento propulsor para uma política focada no controle e retirada das armas de fogo das ruas. Embora as mortes por homicídio apresentem índice elevado no Brasil, “não se deu de forma igual, concentrando-se em determinados grupos e áreas geográficas” (PERES *et al.*, 2004, p. 19).

A despeito de argumentos existentes na literatura científica, como os encontrados em Gawryszewskia, Kahn e Jorge (2005), que referem que situação de acesso a armas de fogo em países como Israel e Suíça não contribui para a existência de altas taxas de homicídios nesses países, importa aqui ressaltar que países desenvolvidos apresentam realidade social e econômica diferente daqueles ainda em desenvolvimento, como o Brasil. Portanto, não se pode comparar diferentes realidades, sem considerar as particularidades históricas de formação social de cada país. Para Santos (2012), a análise a respeito da questão social em suas manifestações deve necessariamente atentar para as particularidades histórico-culturais e nacionais. Desta feita, consideramos necessário o investimento em novos estudos que se ocupem a elucidar fatores relacionados ao acesso, porte e uso de armas de fogo no país.

Quanto às características que revelam aspectos sociodemográficos relacionados às vítimas, os dados encontrados nos BUs examinados permitiram identificar idade, sexo, cor, que passam a ser apresentados sequencialmente. A Tabela 4, disposta a seguir, espelha a distribuição dos registros de violência por arma de fogo em crianças e adolescentes segundo a faixa etária relacionada às vítimas.

Tabela 4 – Distribuição de casos de violência por arma de fogo por faixa etária

Faixa etária	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<15	1	1	1	-	-	1	1	1
15	-	1	1	1	-	-	-	-
16	-	1	2	2	1	1	3	5
17	3	3	3	1	1	2	4	2

Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do CIODES Sul (2017).

A violência por arma de fogo mostrou-se mais contundentemente direcionada à faixa etária da adolescência do que em relação à infância. Menores de 15 anos foram 6 casos, enquanto a idade de 17 anos compreende 19 casos registrados. E, revela-se preocupante, ainda o fato que, somando a idades de 16 e 17 anos, chega-se a 34 casos, de um total de 43 registros de BU. Isto revela que a faixa etária do final da adolescência se apresenta muito vulnerável a sofrer esse tipo de violência, o que se repercute nas estatísticas oficiais de homicídios de jovens no Brasil.

Dentre outras explicações existentes na literatura, entendemos que tal fato pode estar relacionado à vulnerabilidade e à exposição à violência, assim como a uma incapacidade de reagir a ela, atingindo os homens jovens, o que evidencia o quanto eles estão expostos à violência, conforme afirmam Trindade et al. (2015). Já para Belon, Barros e Marín-León (2012), adolescentes nessa faixa etária, além de se constituírem as principais vítimas, aparecem também na condição de autores da violência.

Para Matos e Martins (2012), e segundo a UNICEF (2017), a população infanto-juvenil está mais propensa e suscetível à violência por conta de diversos fatores como imaturidade, curiosidade, espírito de aventura, excesso de coragem, álcool, drogas e a facilidade de compra de armas. Tais fatores os colocam tanto na condição de vítima como de autoria da violência.

No entanto, considerando ser a condição de autoria da violência muitas vezes motivo de clamor social pela redução da maioridade penal, é importante ressaltar que este tema merece um amplo debate social que atente para as condições de vida em que se encontra grande parcela da juventude em nosso país: condição de vida adversa social e economicamente, marcada pelas contradições de classes, e as formas de

sociabilidade contemporâneas a que se referem Gentilli e Trugilho (2014), o que acaba conduzindo adolescentes e jovens para a prática de atos violentos e a criminalidade.

Segundo Cerqueira *et al.* (2019), existe a crença de que, se houver endurecimento na legislação, pode acarretar diminuição de crimes, mas há controvérsia acerca desse endurecimento penal. Contudo, as proposições de redução da maioria penal expressam uma supressão de direitos para os jovens adolescentes, atuando como “[...] contraofensiva capitalista às conquistas civilizatórias das lutas sociais [...]” (BOSCHETTI, 2017, p. 66).

Souza, Souza e Pinto (2013) chamam a atenção para outro aspecto que consideram como inquietante, que vem a ser os índices de homicídios, por abranger concentração na população de adolescentes e adultos jovens, cujas taxas são consideradas altas no segmento populacional jovem em relação à população como um todo.

Quando se atenta para a relação da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes com a característica de gênero e cor da pele, os dados obtidos na pesquisa realizada junto aos registros de Boletim Unificado do CIODES Sul expressam consonância com o que já é amplamente apontado pela literatura científica e documentos oficiais como o Atlas da Violência e o Mapa da Violência. Neste aspecto, o Quadro 3, disposto a seguir, representa essa afirmação.

Quadro 3 – Distribuição de casos de violência por arma de fogo por gênero e cor da pele

Ano	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Masculino	Feminino														
Branca	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Parda	4	-	1	-	5	1	2	-	1	-	-	-	4	-	5	-
Preta	-	-	3	2	-	-	-	-	1	-	1	-	4	-	2	-
NI*	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do CIODES Sul (2017).

Na relação de sexo das vítimas, os dados obtidos revelam que o sexo masculino apresentou índice elevado, com 40 vítimas, na correlação com o feminino, que apresentou apenas 3 casos registrados de violência por arma de fogo no período

analisado. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, em 2016 foram registrados 62.517 homicídios no Brasil, sendo que uma média de 55,3% deste número corresponde a óbitos de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos do sexo masculino (IPEA, 2018).

Segundo Cerqueira *et al.* (2019, p. 70) “[...] a distribuição de homicídios femininos, por idade, possui moda menos acentuada do que a dos masculinos”. Não obstante, embora haja uma disparidade de números entre os sexos, importa aqui ressaltar a preocupação com a condição da mulher nas situações de violência de gênero, considerando os aspectos de misoginia ainda presentes na sociedade brasileira, que se diferencia do problema da violência masculina ligada à juventude, como bem apontam Cerqueira *et al.* (2019).

Na análise da cor da pele, os dados obtidos revelam superioridade da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes de cor parda e preta, com respectivamente 23 e 13 registros, na correlação com crianças e adolescentes de cor branca, apresentando apenas 3 casos. Fica claro a disparidade da exposição à violência em relação à cor de pele, o que no Brasil não se desvincula da condição de classe social.

Cabe dissertar que o racismo tem sido determinante para a violência, tanto que a mortalidade de jovens negros tem demonstrado o racismo ainda existente no Brasil, pois, uma média de cinco jovens negros são assassinados a cada duas horas. De acordo com Gomes (2015), a cada ano tem-se observado o número expressivo de pessoas que morreram vítimas de violência no Brasil, sendo a maioria pretas e pardas. Portanto, a violência é um assunto complexo, multicausal e demanda esforços coletivos e articulados para sua superação.

Baseado nesse contexto, Medeiros (2018) disserta que o Estado é o maior produtor da violência e das desigualdades no Brasil, das quais destacamos as políticas públicas que, mal desenhadas, acentuam as diferenças entre ricos e pobres no país em vez de promover a igualdade de oportunidade. Para Sanjurjo e Feltran (2015, p. 40), crime e Estado compõem ordens legítimas que, em suas tensões e acomodações, produzem um dispositivo de ordem urbana composto entre políticas estatais e criminais, principalmente no que se refere à questão de segurança pública.

E ainda (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 42)

[...] se um favelado é assassinado, essa morte não será investigada pelo Estado, não se montará um inquérito judicial. O PCC vai, entretanto, intermediar debates locais sobre o caso, com minúcia, para conhecer os fatos e as versões, para julgar os culpados, e no limite para implementar a justiça. Se um branco é morto em um assalto, não se aplica a ele a justiça do PCC, ela o ignora. O Estado cuidará do caso.

Os registros contidos nos BUs analisados permitiram ainda a organização de informação referente ao horário de ocorrência dos casos de violência por arma de fogo em crianças e adolescentes. A tabela 5 representa a distribuição dos casos registrados no CIODES, segundo o horário de ocorrência.

Tabela5 – Distribuição de casos de violência por arma de fogo, segundo o horário de ocorrência

Horário (h)	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 – 6	1	1	3	1			2	-
7 – 12	2	1	1	-	-	-	1	-
13 -18	1	3	2	-	-	2	-	3
19 – 0	-	1	1	3	2	2	5	5

Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos dados do CIODES Sul (2017).

Na distribuição dos horários por períodos do dia (manhã, tarde, noite e madrugada) é possível identificar que pela manhã foram registrados 5 casos, à tarde 11, à noite 19 e no período da madrugada 8 casos. Examinando essa distribuição por períodos do dia, fica claro que o horário noturno concentra a ocorrência da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes. Isso se mostra preocupante, pois revela a permanência de adolescentes nas ruas durante a noite e madrugada. A junção dos horários 19h-0h e 1h-6h mostra que foram registrados 27 casos neste período do dia, de um total de 43 registros em BU. Também há concentração de ocorrências no período vespertino, já que entre 13h-18h houve registro de 11 casos.

Como esse tipo de violência não apresenta o lar e a escola como locais típicos de ocorrência, e sim as ruas, é fácil presumir que os adolescentes têm estado fora da escola e do lar em horários que deveriam estar nesses ambientes. Essa realidade reafirma a carência de políticas educacionais mais eficientes para a permanência de crianças e adolescentes no ensino regular políticas voltadas para a juventude, que

atentem para atenção às demandas de vida da população juvenil e suas potencialidades.

No próximo item passamos a apresentar a análise interpretativa dos conteúdos dos registros textuais contidos nos BUs, na correlação com os dados objetivos também registrados em tais documentos. Para isso procedemos de forma que, dos 43 Bus analisados, 9 (nove) foram aleatoriamente selecionados para a coleta de informações que constavam nos relatos descritivos dos policiais sobre os atendimentos das ocorrências realizados *in loco*.

5.2 ANÁLISE INTERPRETATIVA DA VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO QUE VITIMA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este item contempla a análise dos relatos descritivos presentes nos Boletins Unificados, a partir dos quais, por meio do processo de análise de conteúdo foram construídas duas categorias de análise qualitativa do presente estudo, a saber: A mortalidade por arma de fogo em crianças e adolescentes; Reflexões a respeito da vulnerabilidade de crianças e adolescentes na violência por arma de fogo, que passamos a apresentar na sequência.

5.2.1 A mortalidade por arma de fogo em crianças e adolescentes

Entre os anos analisados, os números de casos de violência por arma de fogo registrados nos Boletins Unificados do CIODES – região Sul do Espírito Santo, no período de 2010 a 2017, apresentam variação oscilante e curva ascendente em 2016 e 2017 (16 casos de homicídio). Assim, verifica-se, conforme salientam Gawryszewskia, Kahn e Jorge (2005), que o uso de armas de fogo tem sido uma constante no meio social e reconhecidamente passível de sua utilização, podendo resultar em mortes de qualquer pessoa principalmente crianças e adolescentes. Neste sentido, seu uso acaba por ser forte aliado no aumento da violência e homicídios.

Conhecer as causas e motivos geradores da violência contra crianças e adolescentes se mostra importante e necessário para a formulação de estratégias de combate à violência e seus determinantes sociais, econômicos, culturais, bem como a

implementação de políticas públicas que materializem direitos de cidadania deste segmento populacional e possam contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes em nosso País.

A partir dos dados obtidos por meio das análises dos registros dos BUs do CIODES⁵ tornou-se possível identificar o principal elemento que aparece como motivação para os casos de violência por arma de fogo em crianças e adolescentes no sul do estado do Espírito Santo. O elemento que apareceu como motivo dos casos registrados foi o tráfico de drogas. O trecho destacado de registro contido em BU analisado incluído abaixo, revela esse dado:

“Pessoas que não quiseram se identificar ressaltaram que o homicídio se deu por conta de briga de tráfico de drogas que está ocorrendo entre os bairros”. (BU 36)

A realidade nacional tem mostrado que no Brasil, nas últimas décadas, é crescente o envolvimento de adolescentes e jovens no tráfico de drogas e na criminalidade dele decorrente. Tal fato contribui para que o jovem pobre, negro, cooptado pela economia ilegal do tráfico de drogas, por não conseguir acesso ao mercado de trabalho, apareça como a grande expressão estatística da violência por arma de fogo. Em seus estudos, Souza e Mello Jorge (2006) e Martins e Jorge (2009) referem à relação existente entre substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e as situações de violência.

Em conformidade com o relatório em 2014, no Brasil os índices de homicídios de adolescentes do sexo masculino e negros chegam a ser três vezes mais elevados se comparados a adolescentes brancos. Múltiplos fatores correlatos potencializam o crescimento dos índices de homicídios. O relatório faz menção à distribuição de renda no país, às discrepantes desigualdades sociais, o fácil acesso à arma de fogo, o recrutamento do tráfico de drogas, englobando o uso abusivo de álcool e outras drogas, ausência de empregos e também problemas de infla-estrutura urbana (UNICEF, 2017).

⁵As falas dos BU citados ao longo do texto foram retiradas da página online do Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) com dados entre 2010 e 2017, conforme já explicitado ao longo do texto. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/historia-2>>. Acesso em: 19 jun. 2019

No caso de adolescentes, Freitas (2002) refere que nenhum outro país expressa a experiência bem-sucedida com a utilização de adolescentes no tráfico de drogas como acontece no Brasil. Dentre os fatores apontados pelo autor, que justificam essa realidade, está a oportunidade de ingresso num mercado produtivo, que ainda possibilita a inserção no mundo do consumo. Nesse sentido, Martins e Jorge (2009) afirmam a necessidade de maior controle do tráfico de armas e de drogas, além de melhoria da realidade das condições de trabalho e vida da população.

No que se refere ao local de ferimento, ficou evidenciado que as regiões do corpo atingidas por projéteis de arma de fogo foram o tórax, a cabeça e as costas. Essa informação reflete a intencionalidade da autoria em relação a provocar morte ou grave ferimento nas vítimas. Novamente optamos por destacar trechos do registro descritivo contidos em alguns BUs analisados:

“Constatou lesões oriundas de projeteis de arma de fogo na cabeça e nas costas”. (BU 28)

“Foi constatado um ferimento perfurante com bordas escurecidas na região torácica”. (BU 09)

“Com vários disparos de arma de fogo, inclusive na região da cabeça”. (BU32)

A este respeito destacamos que (CABRAL; TRUGILHO, 2015, p. 133):

No aspecto epidemiológico da questão, no que tange aos indicadores de morbidade e mortalidade por violência, é importante ressaltar que, além da elevada taxa de mortalidade, é significativo o número de crianças e adolescentes que se tornam incapacitados, temporária ou permanentemente, devido aos traumas e lesões graves decorrentes da violência sofrida.

Não foi possível encontrar nos registros do CIODES Sul dados relacionados à autoria da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes. Os Boletins Unificados do CIODES não possuem campo de preenchimento para esse tipo de dado, devido à falta de informação obtida no ato de elaboração do BU. Muitas vezes o autor do disparo de arma de fogo evade-se do local, dificultando registro de dados relacionados a ele. Para melhor informação a este respeito é necessário buscar os registros da Polícia Civil, que é responsável pela investigação dos casos. O conteúdo presente em alguns BUs revela esse fato:

“Que o indivíduo [...] foi vítima de disparos de arma de fogo por dois indivíduos em uma moto preta”. (BU 03)

“Que foi assassinado por 02 elementos que chegaram à casa atirando pela janela”. (BU 40)

“Foram alvejados por disparos de arma de fogo por dois indivíduos que estariam em uma motocicleta e se evadiram do local”. (BU 07)

“Depois dos disparos o elemento evadiu-se do local tomando destino ignorado, foi feita várias buscas pelas ruas do bairro, mas o elemento não foi encontrado”. (BU 14)

Os dados disponíveis do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e de estudos existentes sobre a violência, apontam que no Brasil o público infanto-juvenil se torna cada vez mais a principal vítima de mortes por armas de fogo, e as estatísticas apontam que entre três mortes duas são de causas violentas (WAISELFISZ, 2016). Ressalta-se a informação de mortalidade como uma das mais importantes na área da saúde, pois o óbito é um evento único e seu registro obrigatório (TRINDADE *et al.*, 2015).

Dados divulgados pelo relatório elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado “Um rosto familiar: violência na vida das crianças e adolescentes” (*United Nations Children’s Fund, A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents*), no ano de 2017, constatou que em alguma parte do planeta, aproximadamente a cada sete minutos, uma criança ou adolescente na faixa etária entre 10 e 19 anos morre sendo vítima de violência por conflitos armados. A América Latina e Caribe ocupam o primeiro lugar com índice de 51,3 mil homicídios envolvendo armas de fogo, no ano de 2015 (UNICEF, 2017).

Ainda segundo o referido documento, o Brasil encontra-se entre os cinco países da América Latina com maior índice de homicídios de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos de idade. Em primeiro lugar está a Venezuela com 96,7, em segundo lugar a Colômbia com 70,7, El Salvador em terceiro lugar com 65,5, Honduras em quarto lugar e na quinta posição, como dito anteriormente, está o Brasil com índice de 59 (UNICEF, 2017).

Também não foi possível, a partir dos BUs analisados, obter dados significativos que revelassem as formas de encaminhamento realizados pelo CIODES aos casos atendidos. Em geral, as informações contidas referem vagamente o encaminhamento

das vítimas a hospitais do município em que se deu a violência, sendo que no município de Cachoeiro de Itapemirim a referência de encaminhamento das vítimas é o hospital Santa Casa de Misericórdia. Nos casos de óbito da vítima é feito o acionamento do Instituto Médico Legal (IML) da Polícia Civil. Os trechos contidos em alguns dos BUs analisados que destacamos abaixo, demonstram os encaminhamentos realizados para hospitais da área e a espera por perícia:

“Informando ainda que o mesmo foi socorrido por populares e levado para a Santa Casa”. (BU 03)

“Foi acionado o serviço de resgate que de imediato socorreu o rapaz e o encaminhou até o hospital Santa Helena, na mesma cidade”. (BU 28)

“Deslocamos ao local, fizemos o isolamento de toda a área e aguardamos a perícia no local”. (BU 40)

“O delegado [...] da Delegacia de Crimes Contra a Vida esteve no local, juntamente com a perícia”. (BU 14)

O CIODES é referido como um órgão de atendimento emergencial que integra, em uma única estrutura física e digital, o trabalho diuturno da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Guarda Civil Municipal de Vitória, Secretaria de Justiça e Polícia Rodoviária Federal. Como uma extensão deste Centro Integrado, em 2010 foi implantado o CIODES Sul, que atua com a mesma tecnologia e metodologia, bem como utiliza o mesmo *call center* do CIODES Sede. O cidadão disca 190 e a ligação é recebida por um sistema de atendimento especializado, que funciona 24 horas/dia, com atendentes treinados de forma a colher os dados informados de maneira rápida e completa, a fim de gerar o Boletim de Chamado (PORTAL DO GOVERNO – ES, 2019). Considerando que a ação é destinada ao registro de ocorrência e seu atendimento imediato, justifica-se a ausência de campos relacionados ao encaminhamento dos casos atendidos, sendo esse tipo de informação registrada descritivamente pelos policiais no momento em que atendem à ocorrência.

Sobre as formas de encaminhamentos realizadas pelo CIODES, em primeiro plano são realizados os atendimentos e, a seguir, dependendo da gravidade dos ferimentos e do estado de saúde da vítima, são realizados os encaminhados para os hospitais municipais do local onde ocorreu o fato. As vítimas com ferimentos que demandam assistência médica são conduzidas pelos militares na viatura, ou por populares em

carros particulares, ou ainda pela ambulância hospital do município de ocorrência da violência para o hospital do Sul do Estado que é referência para atendimentos a traumas, sendo este a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim. Em caso de óbito, aciona-se o IML da polícia civil, sendo acionado pela guarnição que atendeu a ocorrência para realização da perícia e remoção do cadáver do local do fato.

O encaminhamento realizado pelo CIODES, nos casos em que adultos se configuram como os autores da violência, segue as normas do Código Penal e de Processo Penal. Mas, no caso em que a autoria da violência está associada a crianças e adolescentes, o encaminhamento segue as normas do ECA, com o devido cuidado de se tratar o adolescente mediante as normas específicas (Delegacia Especializada de Proteção à Crianças e Adolescentes (DPCA); Ministério Público (MP); Poder Judiciário – Vara da Infância e da Juventude; Conselho Tutelar (CT); programas de proteção).

Conforme Frizzo e Sarriera (2005, p. 187), o Sistema de Garantia de Direitos de um município envolve um conjunto de órgãos e serviços que, juntos, proporcionam as condições de desenvolvimento adequado na infância, pela garantia do atendimento das necessidades essenciais e dos mecanismos de exigibilidade dos direitos que sustentam a cidadania.

Em casos de violência envolvendo crianças e adolescentes, os municípios precisam contar com uma rede composta por diversos órgãos, serviços e instituições, dentre os quais cita-se: Juizado da Infância e Juventude; Promotoria Especializada; Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; Conselho Tutelar; serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social com seus equipamentos de proteção social básico, representado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e de proteção social especial, representado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e acolhimento institucional, além de instituições de saúde e educação que executam programas e/ou serviços à população em geral. Embora, cada uma seja complementar à existência das outras, sendo o papel de cada um de seus integrantes igualmente importante para a proteção integral de crianças e adolescentes, prometida no art. 1º, da Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990; FARAJ; SIQUEIRA; ARPINI, 2016, p. 734).

Não apareceu qualquer referência de acionamento do Conselho Tutelar nos BUs analisados para acompanhamento das vítimas nos casos registrados. Torna-se necessário frisar que o processo de construção e participação popular na área da infância e adolescência não pode ser realizado sem a colaboração dos Conselhos Tutelares, como descrito no art. 136, inciso IX, da Lei nº 8.069/90. Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

A partir do ECA, também foram criadas obrigações legais dos profissionais de saúde quanto à notificação por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais, além do Conselho Tutelar, órgão responsável por iniciar a avaliação da situação denunciada, desencadeando as medidas a serem adotadas pelas redes específicas de atenção (SOUTO *et al.*, 2018).

Souto *et al.* (2019) pontuam que os casos de riscos de violência e de constatação da mesma envolvendo crianças e adolescentes, são encaminhados para acompanhamento em forma de atenção e proteção para os serviços de saúde em nível de assistência ambulatorial e hospitalar, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, casa de abrigo, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, serviços socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social, Instituto Médico-Legal e outros.

Quando atentamos para a falta de dados que geram inconsistência de informações nos BUs, refletimos sobre a importância da qualidade dos registros para a sistematização de dados que nos permitam conhecer a realidade relacionada à violência em crianças e adolescentes, como também defendem Cabral e Trugilho (2015).

Na opinião de Abath *et al.* (2014, p. 132) quanto melhor a qualidade da informação, maior seu potencial de aplicação na formulação de políticas, ações e avaliação das intervenções. Para Lima *et al.* (2009), a qualidade da informação está na acessibilidade, clareza metodológica, cobertura, completude, confiabilidade, consistência e coerência, não duplicidade, oportunidade e validade.

No que se refere a incompletude dos dados em boletins de ocorrência, Melo e Valongueiro (2015) apud Lozada *et al.* (2009) discorrem que apesar da existência de dispositivos legais, em alguns casos, as Declarações de Óbito (DO) por causas externas não apresentam informações fidedignas acerca da circunstância a que se deve o óbito.

Lozada *et al.* (2009) asseveram que a incompletude das variáveis dos óbitos pode influenciar nos resultados encontrados, mascarar ou distorcer informações importantes sobre mortalidade. Pois a incompletude elevada das variáveis dos óbitos por causas externas pode comprometer o conhecimento da magnitude dos óbitos, prejudicando assim o planejamento de ações, monitoramento e prevenção.

Melo e Valongueiro (2015) defendem a importância pelos profissionais responsáveis por seu preenchimento e processamento. Assim, cabe afirmar a importância do preenchimento correto das variáveis de identificação dos homicídios por arma de fogo em crianças e adolescentes, por facilitar o trabalho dos profissionais e a fidedignidade dos dados. Saliencia-se como necessário que os profissionais, ao fazerem o registro, compreendam sua responsabilidade como parte integrante e essencial de uma prestação de serviço de informações e a importância do trabalho com qualidade. Mas também é importante destacar que os instrumentos de registro precisam ser elaborados com campos que permitam associar quantidade e qualidade de dados.

É fato, que a investigação da polícia civil pela busca de informações e autoria do crime após o fato ocorrido, fica a desejar por falta de investimento de trabalho e qualificação. Por isso, importante destacar o Sistema E-COPS para essa capacitação, uma vez que são módulos que contemplam o Software de Segurança Pública. Sendo possível tratar eventos de acordo com níveis de prioridade; monitorização de eventos críticos obedecendo critérios de tempos e procedimentos; manter e registrar os fluxos de processo de forma consolidada; controlar e envolver de forma ilimitada áreas/equipes/pessoas em um mesmo processo de atendimento.

O software E-COPs contempla uma forma completa e simples de agilizar o processo de atendimento à população, pois elimina a necessidade de transmissão de informações complementares por telefone, liberando a linha telefônica para o atendimento emergencial ao cidadão, além de permitir o aprimoramento de

conhecimentos em relação ao software e aprenderam a manuseá-lo de forma mais eficiente, melhoria de gestão quanto aos recursos operacionais e otimização do tempo.

Todavia, o que se observou com a pesquisa é que fica uma incógnita sobre o que acontece com as crianças e adolescentes sobreviventes à violência de arma fogo, após o registro e atendimento da ocorrência. O que acontece posteriormente não se tem informação, porque em relação ao CIODES a ação se encerra no atendimento imediato à ocorrência e a última informação que se verifica nos registros é para onde a vítima foi levada. Portanto, ressalta-se a importância da realização de pesquisas que verifiquem qual a situação posterior das crianças e adolescentes que são encaminhadas para os hospitais: se ocorreu óbito no hospital, para onde foram levados após a alta hospitalar, se os mesmos são acompanhados pelo Conselho Tutelar ou por serviços de atenção e proteção às vítimas.

Ao finalizar a discussão deste item, constata-se que a posse e o uso de armas de fogo estão entre os principais fatores subjacentes aos níveis crescentes de violência, e o Espírito Santo não constitui exceção a essa regra no que tange à violência, tampouco os adolescentes do Sul do Estado escapam de se constituírem vítimas vulneráveis à violência por arma de fogo.

5.2.2 Reflexões a respeito da vulnerabilidade de crianças e adolescentes na violência por arma de fogo

A violênciase faz presente de modo difuso na realidade social contemporânea globalizada, compondo o cotidiano dos espaços urbanos, ruas, lares, mídias sociais e, até mesmo, na sua “romantização” por meio das programações dos veículos de comunicação de massa destinadas ao segmento infanto-juvenil. Gentilli e Trugilho (2014, p. 527) afirmam que “a violência tornou-se uma das principais manifestações das relações sociais vulnerabilizadas. É a ponta final de uma sociabilidade exaurida [...]”.

Os dados obtidos a partir dos BUs do CIODES Sul a respeito da vitimização de crianças e, sobretudo, adolescentes pela violência por arma de fogo reafirmam essa realidade, demonstrando que a violência por arma do fogo no Brasil revelam a

situação de vulnerabilidade e desproteção social em que estão colocadas crianças e jovens (que inclui os adolescentes).

Machado (2017) destaca o alto índice de assassinato de crianças e jovens no Brasil, país que ocupa o segundo lugar na relação daqueles em que se verifica o cometimento de crimes contra pessoas com idade até 19 anos. Também Waiselfisz (2016) aponta que o maior número de mortes por arma de fogo no Brasil contempla o público infanto-juvenil.

É preocupante constatar que os ferimentos provocados por arma de fogo em crianças e adolescentes, segundo o que demonstram os dados coletados nos BUs do CIODES Sul não são superficiais, não intencionais; pelo contrário, são provocados com a firme intenção de provocar a morte. Revelam, ainda, a intenção de eliminação especialmente de adolescentes do sexo masculino, de cor parda e preta, ao que Boschetti (2017, p. 66) nos ajuda a decifrar como [...] crescentes expressões da violência no campo e na cidade contra a juventude negra [...].

Aponta-se ainda como condição de vulnerabilidade, que expõe crianças e adolescentes às mais variadas formas de violência, a inserção precoce em relações exploração de trabalho e na economia ilegal do tráfico de drogas (FONSECA et al., 2013). A ocorrência de mortes de adolescentes por arma de fogo na associação com o tráfico de drogas nos leva a refletir a respeito da condição de vida de grande parcela de jovens no Brasil, refletindo a vulnerabilidade em que se encontram, inseridos perversamente nas condições desiguais de vida e, segundo Silva (2006), “[...] inseridos em processos sociais reconstituídos sob dadas condições históricas que potencializam a ação violenta [...]”.

Diversas são as formas de violência na sociedade que levam muitas pessoas a viverem em situação de vulnerabilidade e risco social. A vulnerabilidade social pode ser conceituada como objeto de estudos por ser constituído de diferentes concepções e dimensões (MORESCHI, 2018). Autores como Monteiro (2011) consideram a vulnerabilidade como viés econômico, por influenciar e reduzir as oportunidades, além de interferir sobremaneira no acesso de bens e serviços.

A vulnerabilidade social é “uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social”. A mesma pode estar relacionada a processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos em decorrência do nível de renda, educação, saúde, localização geográfica, dentre outros (MORESCHI, 2018, p. 20 apud MONTEIRO, 2011, n. p.).

Há de se discutir os principais grupos vulneráveis, a saber: crianças e adolescentes, por serem as principais vítimas da violência, estão em constante risco social. Principalmente por ser uma fase transitória de desenvolvimento envolvendo mudanças, estilo de vida, autonomia e conseqüentemente sujeitos a diversos riscos, muitas vezes por assumirem esses riscos desnecessariamente (PAPILA, 2013).

Sinaliza o autor supracitado que um dos riscos se refere ao abuso de drogas, incluindo diversos fatores, tais como um temperamento difícil, fraco controle dos impulsos, tendência a buscar fortes emoções, e também a parentalidade insatisfatória ou inconsistente, relacionamento familiar distante ou permeado de conflitos. Portanto, Moreschi (2018) deixa claro em seu estudo, que os riscos estão sempre associados a vulnerabilidade pessoal e social e em vários contextos.

Ainda, no entendimento de Moreschi (2018), é preciso entender as causas para conter o processo de aumento da violência, principalmente a degradação social. É fato que essa degradação contribui para que crianças e adolescentes fiquem em situação de risco e vulneráveis a todo tipo de violência. Conforme o Índice de Homicídios na Adolescência - IHA⁶ (2012) as maiores vítimas da violência letal são crianças e adolescentes.

Compreendemos, que, para o segmento infanto-juvenil, pertencente às classes de mais baixa renda, os processos de violência aliados às múltiplas expressões da questão social que vivenciam tornam “[...] ainda mais complexa e avassaladora as conseqüências da subalternização de classe, plena de episódios de pura barbárie (GENTILLI; TRUGILHO, 2014, p. 532).

⁶ O Índice de Homicídios na Adolescência – IHA - foi desenvolvido em 2009 para medir o impacto da violência letal, por meio de parceria com o Observatório de Favelas, UNICEF, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a SDH/PR. Com isso é possível estimar o risco de mortalidade por homicídios na adolescência, mais especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos.

No Brasil, a preocupação com a violência contra a criança e adolescentes tem mobilizado diversas áreas de enfrentamento, com o intuito de fortalecer parcerias que possam implementar as estratégias de prevenção, acolhimento e intervenção necessárias para conter o problema, bem como ratificar os direitos garantidos pela legislação vigente.

Não obstante, compete ao poder público e à sociedade zelar para que os direitos da criança e do adolescente sejam alcançados e assegurados. Importa retratar, nesse contexto, que a violência contra essa faixa etária se baseia quase sempre na relação de poder. Desde a criação do ECA foram sendo implementados e construídos outros marcos legais com a proposta de proteção integral dirigida aos menores de dezoito anos (NASCIMENTO; ARELLO; SANTIAGO, 2015, p. 938).

Construir caminhos para que as crianças e adolescentes possam estar fora de conflitos e menos sujeitos aos processos e práticas de violência é um ideal que deve ser perseguido, especialmente quando sabemos que sua definição envolve o uso abusivo ou injusto do poder, da força que resulta em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte. Traz nesse contexto, os anseios de toda comunidade, sociedade e principalmente dos pais, em exigências políticas e investimentos para superar desigualdades que têm imperado no âmbito social. Portanto, uma das direções a se tomar no enfrentamento da violência e suas múltiplas formas de expressão, como fenômeno social, vem a ser os investimentos em políticas públicas, com ações de intersectorialidade. Há que se reconhecer que a erradicação da violência envolve trabalho em vários eixos na esfera pública.

Diante da realidade social contemporânea e os modos de sociabilidade constituídas nos marcos da expansão globalizada do capital, a realidade afeta à violência por arma de fogo, que vitimiza crianças e adolescentes no País e se espelha também no Sul do Estado do Espírito Santo, dadas as condições já apontadas de vulnerabilidade social deste segmento populacional, especialmente nas contradições de classes que promovem injustas condições de vida.

Deste modo, a análise da violência não pode se furtar à análise do capitalismo, tanto em seu aspecto macrossocial, global, como no local. Expressa nas suas diversas formas, a violência nos convida a refletir sobre as contradições existentes na ordem

social ditada pelos interesses do capital, que a cria e recria, imputando-nos desafios diários para sua erradicação em nossa realidade social.

São muitos os desafios que a violência nos impõe, para a condução de processos sociais que contribuam para a efetivação de relações sociais mais humanas. Depreende-se a necessidade de reconhecimento do poder de mudança local, participação na esfera pública e busca por uma construção social mais consciente, portanto, de maior interesse na diminuição da violência, reafirmando aqui que a proteção à criança e ao adolescente se constitui em um direito.

Reconhecemos que as políticas públicas no Brasil sofrem com a preponderância das políticas econômicas sobre as políticas sociais, o que se configura como mais um desafio a ser vencido para a efetivação de políticas públicas universais e estatais que possam ser dirigidas ao enfrentamento da violência em nossa sociedade.

Entender as amarras sociais que dificultam ações efetivas de combate à violência é importante para que não criemos ilusões de soluções fáceis para este grave problema contemporâneo. As condições perversas, que historicamente vêm colocando crianças e jovens na condição de vítimas da violência por arma de fogo em níveis elevados no Brasil e no Espírito Santo, fazem parte de uma herança deixada pela formação da sociedade brasileira, marcada por conflitos e injustiças, como bem sinalizam Cademartori e Roso (2012).

Por fim, tendo em vista que a conjuntura atual no Brasil revele diversas regressões e supressões de conquistas sociais anteriormente alcançadas, mostrando-se sombrio e preocupante, no que Boschetti (2017) designa por “agudização da barbárie”, o chamamento para a defesa intransigente dos direitos humanos deve ser forte e persistente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, pretendeu-se abordar a temática em sua profundidade e convidar o leitor a levantar novas indagações e novas reflexões sobre a violência nos dias atuais. É um trabalho que não se esgota em si mesmo, principalmente pela sua dimensão e abrangência, reflexões essas que necessitam estar presente no cotidiano.

Esse trabalho é a expressão de um conhecimento que vem sendo construindo com base em muitas leituras e fundamentações proporcionadas por pesquisadores que possuem um vasto conhecimento sobre o tema, que ao dividirem conosco esses conhecimentos, nos enriquecem e nos aguçam a entender a violência praticada sobre crianças e adolescentes por arma de fogo e, ainda, os muitos desafios a serem superados.

Nestas breves considerações, ressaltamos que as limitações existentes neste estudo, revelam a impossibilidade de esgotar em um único estudo a consideração e análise a respeito da violência por arma de fogo praticada contra crianças e adolescentes no Estado do Espírito Santo. Entretanto, os limites de uma pesquisa permitem-nos lançar novos olhares necessários ao fenômeno em estudo, funcionando como olhares e que produzem a abertura necessária para a elaboração de novas perguntas disparadoras de futuros estudos.

A forma como reagimos e nos posicionamos frente aos atos de violência, provoca algum tipo de indignação. Questionando a realidade levantamos novas perguntas, e é neste campo, cheio de tensões, de embates, que a violência praticada contra crianças e adolescentes se situa e que também nos situamos enquanto sujeitos sociais, que buscam a superação das desigualdades e justiça social por meio da consciência política.

Ao examinar os dados dos registros obtidos no CIODES Sul, em relação à violência por arma de fogo, que atinge crianças e adolescentes, buscou-se avançar na compreensão do aumento da violência e sua distribuição ascendente de homicídios nos anos analisados no Sul do Estado do Espírito Santo.

Este estudo identificou as vulnerabilidades na adolescência e na infância. Os dados do CIODES Sul mostram que a violência por arma de fogo ocorre com maior frequência em faixa etária adolescente jovem, principalmente entre o sexo masculino e de etnia pardo e negro. A hora predominante é o período noturno de 6h/0h e 1h/6h, onde as ocorrências se dão com maior frequência.

Quanto aos locais de ferimentos registrados pelo CIODES Sul, os mais frequentes foram tórax, cabeça e costas. Sendo o socorro prestado em ocorrência, folga e algumas sem detalhes. Os meses de novembro, janeiro e fevereiro foram os mais evidenciados, meses que sugerem festividades e férias. O município de Cachoeiro de Itapemirim foi o que mais apresentou registros de homicídios, com curva ascendente em 2016 e 2017. O que nos permite deduzir que a incidência da violência está relacionada a fatores sazonais.

A fragilidade de dados que permitam conhecer características sociodemográficas relacionadas aos autores da violência por arma de fogo perpetrada contra crianças e adolescentes, as circunstâncias em que esse tipo de violência acontece na região Sul do Espírito Santo, e as formas de encaminhamento e acompanhamento das vítimas, são elementos que dificultam a elaboração de ações de enfrentamento a este tipo de violência.

A pesquisa nos propicia a humildade de nos colocarmos como sujeitos aprendendo a ser sujeitos. Os fios que vão sendo tecidos vão nos construindo e levantando novos questionamentos, muito mais do que respostas. Envolve, no contexto, o tipo de sociedade que queremos construir.

Os debates sobre o significado e abrangência da violência praticada contra crianças e adolescentes devem avançar. Reconhecemos que as violações aos direitos de crianças e adolescentes persistem na realidade brasileira e, também na realidade local que compreende o Sul do Espírito Santo, como evidenciado no presente estudo. Tal fato remete à necessidade de constantes estudos que ofereçam subsídios para a efetivação de ações concretas de proteção aos direitos deste segmento social.

Consideramos que uma das contribuições desta pesquisa é dar visibilidade aos homicídios por arma de fogo envolvendo crianças e adolescentes ocorridas no Sul do

estado do Espírito Santo. Esperamos, por meio dele, oferecer subsídios para a implementação de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência representada pela utilização das armas de fogo. Esperamos também reforçar a necessidade de que sejam efetivadas medidas voltadas a coibir a compra e venda de arma de fogo, na esperança de assim contribuir para a redução dos índices de violência e homicídio por este artefato no Brasil, especialmente em crianças e adolescentes.

O debate está em aberto, com o convite à reflexão. Que não abdicemos desse exercício. A História nos mostra que somente quando parte da sociedade começa a olhar algo como um problema é que há avanços.

REFERÊNCIAS

- ABATH, M. B. *et al.* Avaliação da completude, da consistência e da duplicidade de registros de violências do Sinan em Recife, Pernambuco, 2009-2012. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 131-142, jan./mar. 2014.
- BAPTISTA, M.V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.
- BARROS, J. P. P. *et al.* Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 4, p.1051-1065, out./dez. 2017.
- BELON, A. P.; BARROS, M. B. A.; MARÍN-LEÓN, L. Mortality among adults: gender and socioeconomic differences in a Brazilian city. **BMC Public Health**, Nova Iorque, v. 12, s/n, 2012. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3328284/>>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BENEVIDES, R. D. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.
- BEZERRA, E. A violência como método de ação é a expressão da burguesia. **Vermelho**, São Paulo, 21 mar. 2019. Matéria online. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=9038&id_coluna=19>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BIONDI, P. A violência inerente ao sujeito de direito em Locke. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 67-84, jan./jun. 2018.
- BONAMIRO, I.S. Violências e contemporaneidade. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, jul./dez. 2008.
- BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017
- BRANCO, M.A.O.; TOMANIK, E.A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Prevenção e enfrentamento. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 24, n. 2, p. 402-411, jun. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Decreto 5.123, de 1 de julho de 2004. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 1 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5123.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011, 261p. Disponível em: <ISBN 9788524041877>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei 3.722**, de 2012. Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.org/pl-37222012/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Violência contra Crianças e Adolescentes**: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p. Disponível em: <:/Users/sipolatti18/Documents/Violência%20contra%20Crianças%20e%20Adolescentes%20Análise%20de%20Cenários%20e%20>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CABRAL, H.W.S; TRUGILHO, S.M. Epidemiologia da violência contra a criança no Espírito Santo. In: GENTILLI, R. de M. L.; COELHO, M. C. de R. (Org.). **Investigações sobre violência e sociabilidade**: desafios transdisciplinares. São Paulo: Veras, 2015. p. 111-142.

CADEMARTORI, A.N.; ROSO, A. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012.

CAMARGO, C.L.; ALVES, E.S.; QUIRINO, M.D. Violência contra criança e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 608- 615, out./dez.2005.

CANIATO, A. M.P. Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 16-32, jan./abr. 2008.

CARVALHO, L.A.; ESPÍDULA, D.H.P. Discussões em torno do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição na Folha de S. Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 446-465, ago. 2016.

CERQUEIRA, D.; MELLO, J. M. P. Demografia e homicídios no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 355- 373.

CERQUEIRA, D.; MELLO, J. M. P. **Evaluating a national anti-firearm law and estimating the causal effect of guns on crime**. Rio de Janeiro: PUC, 2013. Disponível em: <<http://twixar.me/JBpn>>. Acesso em: 14 maio 2019.

COSTA, M.R. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a01.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CRUZ, L.R.C.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N.M.F. **Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. 269p.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, s/n, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232006000500007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 3 jul. 2019.

DALFOVO, M.S.; LANA, D.A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, 2008. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/9.1b%20metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019.

DOMENACH, J.M. La Violencia. In: JOXE, A. (Org.). **La Violencia y sus Causas**. Paris: Unesco, 1981. p. 33-45.

DUARTE, E.C. *et al.* Associação ecológica entre características dos municípios e o risco de homicídios em homens adultos de 20-39 anos de idade no Brasil, 1999-2010. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n9/2259-2268>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ESPÍRITO SANTO é o 10º estado onde mais morrem crianças e adolescentes por arma de fogo. **Gazeta Online**. 21 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/03/21/es-e-o-10o-estado-onde-mais-morrem-criancas-e-adolescentes-por-arma-de-fogo.ghtml>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ESPÍRITO SANTO é um dos 10 estados com mais mortes de crianças e adolescentes com arma. **Gazeta Online**, 07 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/03/es-e-um-dos-10-estados-com-mais-mortes-de-criancas-e-adolescentes-com-arma-1014173161.html>>. Acesso em: 12 set. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. **CIODES – SISTEMA E-COPS**. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/historia-2>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

FARAJ, S.P.; SIQUEIRA, A.C.; ARPINI, D.M. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200018>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FIGUEIREDO, T.A.M. *et al.* Crianças e adolescentes no contexto escolar: ações afirmativas contra o racismo. In: COQUEIRO J.M.; FIGUEIREDO, T.A.M. (Orgs.). **Rizoma: Saúde Coletiva & Instituições**. Jundiaí: Paco Editora, 2017. p. 157-172.

FONSECA, F.F. F. *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-64, jun. 2013.

FONTENELLE, I.A. Ilusões de modernidade: o fetiche da marca McDonald's no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 38-46, maio/ago. 2006.

FREITAS, L. A. P. **Adolescência, família e drogas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FREITAS, N. A. *et al.* Perfil clínico-epidemiológico de adolescentes e jovens vítimas de ferimento por arma de fogo. **Caderno & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 429-435, jan./out. 2017.

FREIRE, S.M.; MURAD, L.C.; SILVA, L.T.S. Segurança pública, mídia e neoconservadorismo: a naturalização da barbarização das relações sociais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11915/6653>>. Acesso em: 2 maio 2019.

FRIZZO, K.R.; SARRIERA, J.C. O Conselho Tutelar e a rede social na infância. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 16, n. 4, p. 175-196, jun. 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Homicídios na Adolescência no Brasil**: IHA 2012. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro: IHA, 2014.

GAWRYSZEWSKIA, V.P.; KAHNB, T.; JORGE, M.H.P.M. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-89102005000400017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 9 fev. 2019.

GENTILLI, R.M.L. Transformações societárias recentes e as raízes da violência atual. In: GENTILLI, R.M.L.; COELHO, M.C.R. (Orgs.). **Investigações sobre violência e sociabilidade**: desafios transdisciplinares. São Paulo: Veras, 2015. p. 19-40.

GENTILLI, R. M. L.; TRUGILHO, S. Violência e a Destrutividade da Sociedade do Capital: consequências para as políticas públicas. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 523-534, jul./dez. 2014.

GENTILLI, R. M. L.; TRUGILHO, S.; HELMER, F.P. Violência e Condições de Vida de Jovens. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 115 - 127, jan./jul. 2017.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Revista Educação**, Belo Horizonte, v. 34, n. 23, nov. 2018.

GOMES, R.*et al.* A saúde e o direito da criança ameaçados pela violência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 5-16, jul. 1999.

GONZALEZ-PEREZ, G.J.; VEGA-LOPEZ, M.G.; FLORES-VILLAVICENCIO, M.E. El incremento de la mortalidad por armas de fuego y su relación con el estancamiento de la esperanza de vida en México. **Ciência &Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2861.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

GUIMARÃES, J.A.F. Políticas públicas e a materialização dos Direitos Fundamentais. **Jusbrasil**. Brasília, 8 jan. 2016. Disponível em: <<https://joao10faria.jusbrasil.com.br/artigos/432072123/politicas-publicas-e-a-materializacao-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em: 10 maio 2019.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HERNANDES, L.F. **Internação Compulsória e a vida em cena**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2016.

HERNANDES, L. F.*et al.* Internação compulsória e o tratamento para dependentes químicos. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas... 2017, São Luís. **Anais**...São Luís: UFMA, 2017. p. 1-10.

IANNI, O. Raízes da violência. In: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 19-32.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2018 Ipea e FBSP**. 119p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019**. 116p. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2019/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KRISTENSEN, C.H.; LIMA, J.S.; FERLIN, M. Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17248.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

LIMA, C.R.A. *et al.* Revisão das dimensões de qualidade dos dados e métodos aplicados na avaliação dos sistemas de informação em saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2095-109, out. 2009.

LOPES, R. População negra aumenta no Espírito Santo. **Gazeta Online**, Vitória, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/11/populacao-negra-aumenta-no-espirito-santo-1014108693.html>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

LOPES, T.C.; COSTA, M. C.O.; MUSSE, J.O. Homicídios de crianças e adolescentes: Estudo dos registros do IML de Santana/Bahia. **Revista Saúde Coletiva UEFS**, Feira de Santana, v. 8, s/n, 2018. Disponível em: <periodicos.uefs.br>. Acesso em: 9 ago. 2019.

LOZADA, E. M. K. *et al.* Informações sobre mortalidade por causas externas e eventos de intenção indeterminada, Paraná, Brasil, 1979 a 2005. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 223-228, jan. 2009.

MACHADO, V. ES tem maior percentual de mortes por armas de fogo entre menores de 19 anos no Brasil, aponta Abrinq. **G1 ES Online**, 13 dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/es-tem-maior-percentual-de-mortes-por-armas-de-fogo-entre-menores-de-19-anos-no-brasil-aponta-abrinq.ghtml>>. Acesso em: 12 set. 2019.

MACIEL, P.R.; SOUZA, M.R.; ROSSO, C.F.W. Estudo descritivo do perfil das vítimas com ferimentos por projéteis de arma de fogo e dos custos assistenciais em um hospital da Rede Viva Sentinela. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 607-616, jul./set. 2016.

MADEIRA, Z; GOMES, D.O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social**, São Paulo, v. 34, n.133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MAIA, R. C. *et al.* Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, s/n, p. 1-8, out. 2017.

MANSUR, T. S. **Problematizando a noção de “vítima” de violência.** 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MANSUR, T. S; MACHADO, L.A.D. Problematizando a noção de vítima de violência. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, s/n, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 maio 2019.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, C.B.G.; JORGE, M.H.P.M. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 315-334, out./dez. 2009.

MATOS, K.F.; MARTINS, C.B.G. Perfil epidemiológico da mortalidade por causas externas em crianças, adolescentes e jovens na capital do Estado de Mato Grosso, Brasil, 2009. **Epidemiologia Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 43-53, maio 2012.

MEDEIROS, M. O Estado é o maior promotor de desigualdades no Brasil. **Nexo**, São Paulo, 4 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/O-Estado-%C3%A9-o-maior-promotor-de-desigualdades-no-Brasil>>. Acesso em: 28 set. 2019.

MELO, G. B. T.; VALONGUEIRO, S. Incompletude dos registros de óbitos por causas externas no Sistema de Informações sobre Mortalidade em Pernambuco, Brasil, 2000-2002 e 2008-2010. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 651-660, out./dez. 2015.

MELLO, S.L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: BADER, S. B. (Org). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e aética da desigualdade social. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 129-140.

MINAYO, M. C. S. A ação humana como determinante para a efetividade dos tratamentos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v16n7/en_01.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 1994. Disponível em: <www.scielo.br/scielopid=S0102-311X1994000500002>. Acesso em: 10 out. 2019.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S. G., Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação estratégica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 7, 1993. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2019.

MONTEIRO, S.R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Universidade Católica de Pelotas. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MOURA, R. O perigoso fetiche pelas armas de fogo. **O povo**, Ceará, 10 jun. 2019. Coluna Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/blogsecolunas/ricardomoura/2019/06/09/o-perigoso-fetiche-pelas-armas-de-fogo.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

NASCIMENTO, M.L.; ARELLO, M.I.R.S.; SANTIAGO, G.H.P. Lógicas de controle e marcos legais: a proteção no campo da infância e da adolescência. **Estudos de Pesquisa e Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2015. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 4 jun. 2018.

NERY, L. Estatuto do Desarmamento. **Jusbrasil**, Brasília, 9 out. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7455/sim-estatuto-do-desarmamento>>. Acesso em: 14 set. 2019.

NETTO, J.P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

NJAINE, K. *et al.* Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, s/n, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232006000500020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 set. 2019.

OLIVEIRA, D.C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem**, Minas Gerais, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.

PAPILA, D. *et al.* **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PERES, M.F.T. **Violência por armas de fogo no Brasil**: relatório nacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down094.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PERES, M.F.T. *et al.* **Mortalidade por armas de fogo no Brasil**: 1991-2000. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05_0022_M.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

PERES, M.F. T; SANTOS, P.C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/08.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PHEBO, L.; MOURA, A.T.M.S. Violência urbana: um desafio para o pediatra. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 81, n. 5, p. 189-196, nov. 2005.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.763-785, out. 2007.

PIRES, A.C. M. *et al.* **Estudos sobre a violência contra a criança e ao adolescente**. São Paulo: Libro, 2016.

POLETTI, M.; KOLLER, S. Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 405-416, jun. 2008.

RIBEIRO, A.P.; SOUZA, E.R.; SOUSA, C.A.M. Lesões provocadas por armas de fogo atendidas em serviços de urgência e emergência brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, jan./set. 2017.

REICHENHEIM, M.E. *et al.* Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **The Lancet**, London, v. 5, n. 9, p. 75-89, 2011. Disponível em:<<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brasil/brasilpor5.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

SACRAMENTO, L.T.; REZENDE, M.M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, Canoas, v. 12, n. 24, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, abr./jun. 2015.

SANTOS, J.S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 43, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

SAVIAN, J.; MODELLI, L.; CHAUI, M. Violência e autoritarismo por todos os lados. **Revista Cultura**, 5 fev. 2016. Entrevista online. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/marilena-chai-violencia-e-autoritarismo/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SCHAEFER, R. *et al.* Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2849-2858, set. 2018.

SENNETT, R. **Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, A.P.S.; PONTES, E.R.J.C.; TOGNINI, J. R. F. Perfil epidemiológico Y costos de hospitalización de casos de agresión con armas entre adolescentes en Campo Grande. **Revista de Pesquisa e Cuidados e fundamentos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 2493-2501, jul./set. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/sipolatti18/Documents/1856-10703-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA, J. F. S. Sociabilidades e violências: apontamentos críticos. In: GENTILLI, R. de M. L.; COELHO, M. C. de R. (Orgs.). **Investigações sobre violência e sociabilidade**: desafios transdisciplinares. São Paulo: Veras, 2015. p. 41-64.

SILVA, J.F.S. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social**, Brasília, v. 3, n. 19, p. 31-58, fev. 2006.

SILVA, P.F. Violência, natureza e cultura: considerações acerca da sedimentação psíquica da violência difusa. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 417-431, set. 2009.

SILVA, T.R. Musicalidade e Territórios da Pobreza: Juventude, periferia e manifestação popular através dos Raps de MV Bill. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E TERRITÓRIO, 1., 2013, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/nucleogestao/pages/publicacoes.php>. Acesso em: 15 maio 2019.

SOUTO, D. F. *et al.* Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 3, p. 1313-1323, mar. 2018.

SOUZA, C.A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, E. R.; JORGE, M. H. P. Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Violência Faz Mal à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 23-28.

SOUZA, T.O.; SOUZA, E. R.; PINTO, L. W. Evolução da mortalidade por homicídio no Estado da Bahia, no período de 1996 a 2010. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n6/1413-8123-csc-19-06-01889.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

SZWARCWALD, C.L.; CASTILHO E.A. Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. **Revista Panamericana de Salud Pública**, São Paulo, v.4, n. 3, 1998. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/asset/s/rpsp/v4n3/4n3a3.pdf>. Acesso em 7 fev. 2019.

TAXA de homicídios por arma de fogo cai 37% em Vitória, diz mapa. **Gazeta Online**, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/08/taxa-de-homicídios-por-arma-de-fogo-cai-37-em-vitoria-diz-mapa.html>>. Acesso em: 4 set. 2019

TRINDADE, R. F. C. *et al.* Mapa dos homicídios por arma de fogo: perfil das vítimas e das agressões. **Revista Esc. Enfermagem USP**, São Paulo, v. 49, n. 5, p. 748-755, out. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016 homicídio por armas de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2019.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. Estratégias de intervenção policial no estado contemporâneo. **Tempo & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio, 1997.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGA, 2004.

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

TÍTULO: Características sociais da violência por arma de fogo em crianças e adolescentes na região sul do estado do Espírito Santo, segundo registros do CIODES

Pesquisadora: Ana Paula Machado Ribeiro

Orientadora: Sílvia Moeira Trugilho

A coleta de dados será desenvolvida em formulários de registro (Boletim Unificado) do CIODES Sul do estado do Espírito Santo, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2017, sendo os registros de atendimento efetuados de 30 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2017, relacionados à violência por arma de fogo em crianças e adolescentes.

Para efeito de coleta de dados nesta pesquisa são consideradas como variáveis as seguintes categorias, que serão posteriormente tomadas para análise:

- a) Aspectos sociodemográficos relacionados à vítima: sexo; idade; cor da pele; escolaridade; local de residência.
- b) aspectos sociodemográficos relacionados ao agressor: sexo; vínculo de parentesco com a vítima; uso de álcool ou drogas; escolaridade; ocupação profissional.
- c) Aspectos sociais relacionados à violência por arma de fogo: data de ocorrência; local de ocorrência; natureza da lesão/ferimento; local do corpo atingido pelo projétil; motivação; circunstância em que ocorreu a violência.
- d) Desfecho e encaminhamento das ocorrências registradas: tipo de ação realizada pelo COPOM, a partir da ocorrência no atendimento 190 de atendimento imediato à vítima; acionamento dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente.

Os dados coletados no documento já previamente informado serão devidamente registrados em um formulário elaborado pelo pesquisador contendo itens referentes categorias acima elencadas.

Para os devidos fins acadêmicos autorizo a pesquisa e a divulgação dos dados.

Att,



Adriano Muta
Instituto de Políticas e Estudos Sociais (IPES) do Espírito Santo

Vitória, 26 de fevereiro de 2019.

ANEXO B – BOLETIM UNIFICADO

Nº BU
31832732Data de emissão
[REDACTED]Página
1/3

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO



BOLETIM UNIFICADO (BU)

Registrado em [REDACTED]

DO REGISTRO	
Unidade Registro	Método da lavratura
9ª CIA IND - MARATAIZES	REGISTRO PRESENCIAL
Endereço da unidade de registro	
RUA DR. JAIME DOS SANTOS NEVES, BAIRRO DO ITAPEMIRIM, MARATAIZES, 29345-000	
Telefone(s) para contato da unidade de registro	
(08) 35328800	
Nº Cidades	
NÃO INFORMADO	
Observação	

DOS FATOS		
Data/hora do fato	Tipo de local	Evento
[REDACTED]	VIA PÚBLICA	
Endereço do fato		
NÃO CADASTRADA [REDACTED]		

	Vandor	Unidade Policial
	POLICIA MILITAR DO ES	9ª CIA IND - MARATAIZES

Incidente/Natureza:

A01A CRIMES CONTRA A PESSOA: HOMICÍDIO: POR ARMA DE FOGO

Histórico do fato

POR DETERMINAÇÃO DO CIODES SUL, DESLOCAMOS ATÉ A [REDACTED] ONDE SEGUNDO INFORMAÇÕES DA POLÍCIA TEMPO HAVIA ACONTECIDO UM DUPLO HOMICÍDIO. ESTA GUARNIÇÃO COMPOSTA PELO [REDACTED] AO CHEGAR NO LOCAL DO FATO DEPAROU-SE COM DOIS CORPOS CAÍDOS NO CHÃO EM DISTÂNCIAS APROXIMADAMENTE DE 10 METROS UM DO OUTRO, JÁ COM PANTOFAS COBERTOS POR CIMA E MANCHAS DE SANGUE ESPALHADAS PELO CHÃO, POR A GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARATAIZES JÁ HAVIA CHEGADO NO LOCAL DO FATO, FOI CONFIRMADO POR POLICIAIS E PELOS VIZINHOS AS VÍTIMAS SÃO: [REDACTED] E [REDACTED] APARENTEMENTE COM VÁRIOS DISPAROS DE ARMA DE FOGO, INCLUSIVE NA REGIÃO DA CABEÇA, NO CHÃO PRÓXIMO A UM DOS CORPOS FOI ENCONTRADO UM CÁPSULA DE MUNIÇÃO CALIBRE .12 E QUE FOI MANTIDA NO LOCAL PARA MELHOR AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE PERÍCIA.

OBS INSERIDA PELO SISTEMA:

O responsável pelo preenchimento da ocorrência informou que não existem objetos a serem cadastrados nesta ocorrência. Favor desconsiderar qualquer informação detalhada de objeto na descrição do fato.

DOS ENVOLVIDOS		
Ordem	Nome Completo	
1º	[REDACTED]	
	Vandor	Tipo de envolvimento
	POLICIA MILITAR DO ES / 9ª CIA IND - MARATAIZES	VITIMA
		Detalhes inclusão
		[REDACTED]

Dados básicos

FILHO DE [REDACTED] RG: * - , CPF: - , OUTRO DOCUMENTO: - , Nº: - , CNPJ: - , NASCIDO EM - , NATURAL DE - , PROFISSÃO: - , TRABALHA: - , ALTURA APROX.: -

IP da estação
10.185.254.31Verificador
8779549233702191740

Nº DA
31831732

Data de emissão

Página
2 de 8

DOS FUNDAMENTOS

ENDEREÇO: [REDACTED] ESPÍRITO SANTO, [REDACTED]
E TENDO COMO TELEFONE(S) PARA CONTATO: TEL. CELULAR: - TEL. RESIDENCIAL: - TEL. COMERCIAL: -
EMAIL: -

Dados Complementares

PROFISSÃO: -, EMPRESA: -, RENDA: - SALÁRIOS MÍNIMOS, SEXO: -, ORIENTAÇÃO SEXUAL: -, CUTIS: -,
ESCOLARIDADE: -, RELACIONA-SE COM: -, APELIDO: -, RELIGIÃO: -, POSSUI LESÃO: -, FOI AGREDIDO/TORTURADO: -

Ordem	Nome Completo	Versão	Tipo de envolvimento	Data/hora inclusão
2º	[REDACTED]		POLÍCIA MILITAR DO ES / 9ª CIA IND - VÍTIMA - MARATAÍZES	[REDACTED]

Dados básicos

FILHO DE NÃO DECLARADO E DE [REDACTED] RG: * -, CPF: -, OUTRO DOCUMENTO: -, NP: -, CNPJ: -,
NASCIDO EM [REDACTED] NATURAL DE -, PROFISSÃO: -, TRABALHA: -, ALTURA APROX: -

ENDEREÇO: RUA [REDACTED] ESPÍRITO SANTO, [REDACTED] BAIRRO
[REDACTED] E TENDO COMO TELEFONE(S) PARA CONTATO: TEL. CELULAR: - TEL. RESIDENCIAL: - TEL.
COMERCIAL: - EMAIL: -

Dados Complementares

PROFISSÃO: -, EMPRESA: -, RENDA: - SALÁRIOS MÍNIMOS, SEXO: -, ORIENTAÇÃO SEXUAL: -, CUTIS: -,
ESCOLARIDADE: -, RELACIONA-SE COM: -, APELIDO: -, RELIGIÃO: -, POSSUI LESÃO: -, FOI AGREDIDO/TORTURADO: -

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Na condição de Comunicante deste Boletim de Ocorrência assumo total responsabilidade, tanto civil quanto criminal, pelas informações que deixo consignar no presente documento.

Art. 299, Código Penal Brasileiro

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

DOS RECURSOS SEMPRE PAROS

Valor	Equipe
[REDACTED]	<p>Chegada ao Local (Data - Km) Fim da Operação (Data - Km)</p> <p>[REDACTED] [REDACTED]</p> <p>Responsável pelo Atendimento</p> <p>[REDACTED]</p>

Valor	Equipe
[REDACTED]	<p>Chegada ao Local (Data - Km) Fim da Operação (Data - Km)</p> <p>[REDACTED] [REDACTED]</p> <p>Responsável pelo Atendimento</p> <p>[REDACTED]</p>

IP da estação
10.165.254.31

Verificador
6779549233702191740

Nº 00
31830732

Data de emissão

Página
3 / 3

0005 - SERVIÇOS DE PRECATORIOS

005 - ASSINATURAS DE FORMALIZAÇÃO

Nome Completo: [REDACTED] Assinatura

Nome Completo: [REDACTED] Assinatura

005 - REGISTROS CONSUELOS

Nome completo: [REDACTED] Responsável pelo Registro

Carga/Patente: SOLDADO Número funcional: [REDACTED]

Nome completo: [REDACTED] Responsável pelo Recabimento

Carga/Patente: SOLDADO Número funcional: [REDACTED]

0005 - DE LAZARATURA

Unidade: 9ª CIA IND - MARATAZES Acomodamento do CIODES: [REDACTED] Início da Lavatura: [REDACTED] Fim da Lavatura: [REDACTED]

Para verificar a autenticidade deste Boletim Utilizado acesse o endereço:
<http://telelegacoeline.ssp.sp.gov.br/lecon/html/validarboletim.jaf> e insira o número deste boletim e o código validador a seguir:
8779548233702191740
Esta ocorrência não necessita de carimbo ou assinatura visto que sua AUTENTICIDADE pode ser verificada pela internet através do código acima informado.